

EDUCAÇÃO

Estatísticas dos Professores no Brasil



Ministério da Educação

INEP

Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira

República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação (MEC)
Cristovam Buarque

Secretaria Executiva do MEC
Rubem Fonseca Filho

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
Raimundo Luiz Silva Araújo

Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais
José Marcelino de Rezende Pinto

ESTATÍSTICAS DOS PROFESSORES NO BRASIL



Outubro de 2003

Coordenação-Geral de Sistema Integrado de Informações Educacionais

Carlos Eduardo Moreno Sampaio

Coordenação de Análise Estatística

Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira Brant

Carolina Pingret de Sousa

Márcio Correa de Mello

James Richard S. Santos

João Vicente Pereira

Roxana Maria Rossy Campos

Vanessa Néspoli

Coordenação de Sistematização das Informações Educacionais

Jorge Rondelli da Costa

Helio Franco Rull

Lídia Ferraz

Maria Angela Inácio

Maria das Dores Pereira

Reinaldo Gaya Lopes dos Santos

Sumário

1. Apresentação.....	5
2. Cursos de Formação de Professor.....	7
2.1 Cursos de Nível Médio.....	7
2.2 Cursos de Nível Superior.....	9
3. Mercado de Trabalho.....	15
4. Escolaridade do Professor.....	21
4.1 Professores que Atuam em Creche.....	21
4.2 Professores que Atuam em Pré-Escola.....	22
4.3 Professores que Atuam no Ensino Fundamental.....	23
4.4 Professores que Atuam no Ensino Médio.....	26
4.5 Professores que Atuam na Educação Superior.....	27
4.6 Professores que Atuam na Zona Rural.....	28
5. Indicadores de Remuneração, Gênero e Formação Continuada.....	33
5.1 Os salários.....	33
5.2 Gênero e Formação Continuada.....	35
6. Condições de Trabalho do Professor.....	43
7. Conclusão.....	47

1. Apresentação

Esta publicação reúne algumas das principais estatísticas sobre a situação dos professores no Brasil. Os dados disponíveis possibilitam traçar um panorama sobre os profissionais que têm a missão de educar mais de 57,7 milhões de brasileiros que estão matriculados desde a creche até o ensino superior de graduação.

Apesar de inúmeras leis, resoluções, decretos e pareceres que regulam a formação e a profissão docente, esta ampla produção normativa ainda não foi capaz de transformar, de forma efetiva e sustentável, a realidade desses profissionais, em particular, do professor que atua na educação básica.

Os dados aqui reunidos foram produzidos pelo Inep (Censo Escolar, Censo da Educação Superior e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Ainda em 2003, o Inep realizará o Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Com esse levantamento será possível fazer um minucioso diagnóstico sobre o tema e fornecer importantes subsídios para formulação de políticas para valorização desses profissionais e melhoria da educação no País.

2. Cursos de Formação de Professor

A oferta potencial de profissionais habilitados para atuar como professores da educação básica, de acordo com a legislação vigente, deve considerar os concluintes do Ensino Médio (Curso Normal e Médio Profissionalizante) para atender à Educação Infantil e as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental, e os concluintes do Ensino Superior em cursos de graduação com licenciatura plena, para atuar nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

A situação refletida pelos números sugere que a decisão de ser professor, da forma que se apresenta, não tem se mostrado atrativa, em termos de mercado e condições de trabalho. Uma política de valorização do magistério contribuiria para resgatar o interesse e a motivação dos jovens em abraçarem essa carreira, que, em épocas passadas, ocupou um lugar de destaque.

2.1 Cursos de Nível Médio

Para as escolas que oferecem magistério de nível médio, a série histórica das estatísticas mostra que a tendência de crescimento observada no período de 1991/1996 sofreu uma significativa inversão no período 1996/2002, com a redução pela metade do número de escolas e da quantidade de matrículas, efeito este que pode ser atribuído claramente à entrada em vigor da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que apontava para a progressiva exigência de formação em nível superior para todos os professores.

Tabela 1 – Magistério de nível médio⁽¹⁾ – Número de escolas, matrículas e concluintes Brasil – 1991-2002

Variável	Total			Pública		
	1991	1996	2002 ⁽²⁾	1991	1996	2002 ⁽²⁾
Escola	5.130	5.550	2.641	3.605	4.302	2.050
Matrícula	640.770	851.570	368.006	524.158	756.746	331.086
Concluinte	139.556	173.359	124.776	97.984	147.456	108.544

Fonte: MEC/Inep.

Notas: (1) Magistério de nível médio inclui curso normal e médio profissionalizante com habilitação em magistério.

(2) O número de concluintes refere-se ao ano de 2001.

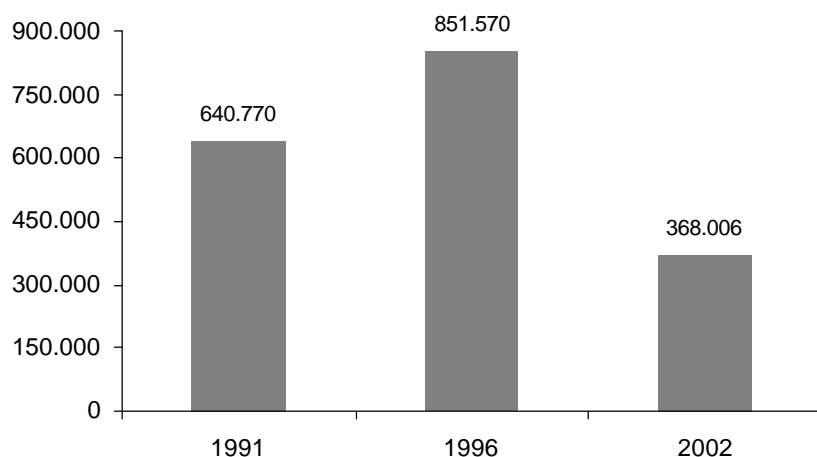


Gráfico 1 – Magistério de nível médio – Número de matrículas Brasil – 1991-2002

Fonte: MEC/Inep.

Com a Resolução nº 01/2003 do CNE, que assegura o exercício na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental aos professores com formação Normal de Nível Médio, é possível que esta tendência acentuada de queda se reverta.

Os dados do Censo Escolar 2002 mostram, ainda, que existem 2.641 escolas de nível médio no País formando professores, das quais 2.050 são públicas. A grande maioria está localizada na Região Nordeste, que concentra 1.174 estabelecimentos atendendo a 194.090 alunos. Este contingente representa 53% das matrículas do magistério de nível médio do Brasil. Em 2001 foram formados 124.776 professores, dos quais 108.544 oriundos de escolas públicas.

Tabela 2 – Magistério de nível médio⁽¹⁾ – Número de escolas, matrículas e concluintes por dependência administrativa – Brasil e grandes regiões – 2002

Unidade Geográfica	Total			Pública			Privada		
	Escola	Matrícula	Concluinte ⁽²⁾	Escola	Matrícula	Concluinte ⁽²⁾	Escola	Matrícula	Concluinte ⁽²⁾
Brasil	2.641	368.006	124.776	2.050	331.086	108.544	591	36.920	16.232
Norte	281	41.809	17.855	270	40.975	17.649	11	834	206
Nordeste	1.174	194.090	57.081	939	171.614	49.088	235	22.476	7.993
Sudeste	728	84.858	33.731	500	78.748	28.479	228	6.110	5.252
Sul	296	35.959	9.717	194	28.832	7.265	102	7.127	2.452
Centro-Oeste	162	11.290	6.392	147	10.917	6.063	15	373	329

Fonte: MEC/Inep.

Notas: (1) Magistério de nível médio inclui curso normal e médio profissionalizante com habilitação em magistério.

(2) O número de concluintes refere-se ao ano de 2001.

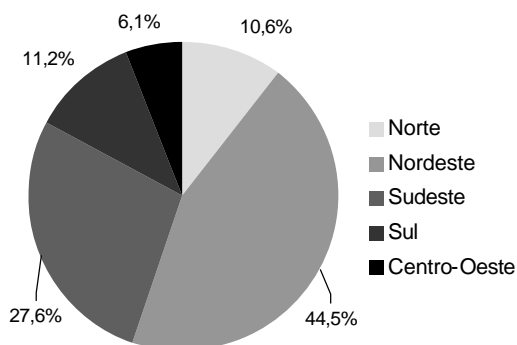


Gráfico 2 – Magistério de nível médio – Distribuição percentual do número de escolas por região – 2002

Fonte: MEC/Inep.

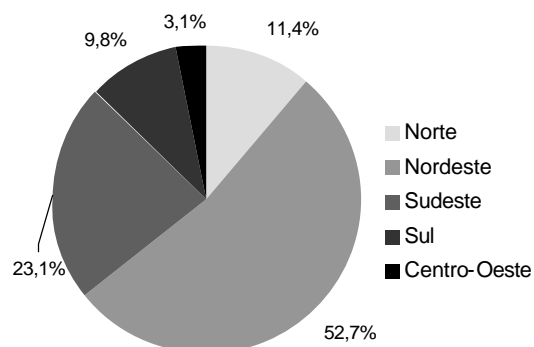


Gráfico 3 - Magistério de nível médio – Distribuição percentual do número de matrículas por região – 2002

Fonte: MEC/Inep.

2.2 Cursos de Nível Superior

A demanda na rede pública pelos cursos de graduação que possuem licenciatura, que em 1991 era de três candidatos por vaga, chegou a cinco em 2002, mesmo considerando o grande aumento de vagas no período, o que é um fato animador. Por outro lado, ao se avaliar o número de ingressos em relação ao número de vagas oferecidas, observa-se que os cursos de graduação que oferecem licenciatura encontram-se entre aqueles com o maior número de vagas não preenchidas. Em 2002, 6% das vagas nas instituições da rede pública e 41% nas instituições da rede privada não foram preenchidas.

Outro aspecto que mostra, ainda, o desprestígio relativo da opção pela licenciatura é que a procura por estes cursos é bem menos acirrada, quando comparada com outras áreas. Assim, considerando apenas o ensino público, enquanto a demanda para cursos com licenciatura é de 5 candidatos por vaga, para os cursos de Economia é de 6, de Administração, 11 e de Direito, 18 candidatos por vaga. Em Medicina, ocorre a maior competição, com 41 candidatos por vaga.

Quando analisamos a evolução da última década, constatamos que os cursos de graduação que oferecem licenciatura foram aqueles que apresentaram o maior crescimento no número de ingressantes, chegando a dobrar de valor no período de 1991/2002, tanto nas escolas públicas como nas privadas. No entanto, é importante esclarecer que esses dados, coletados pelo Censo da Educação Superior do Inep, não permitem identificar quantos desses ingressantes irão concluir seus cursos com habilitação em licenciatura, já que alguns desses cursos oferecem a opção do bacharelado. Sendo assim, apenas parte desse quantitativo receberá habilitação adequada para atuar no magistério.

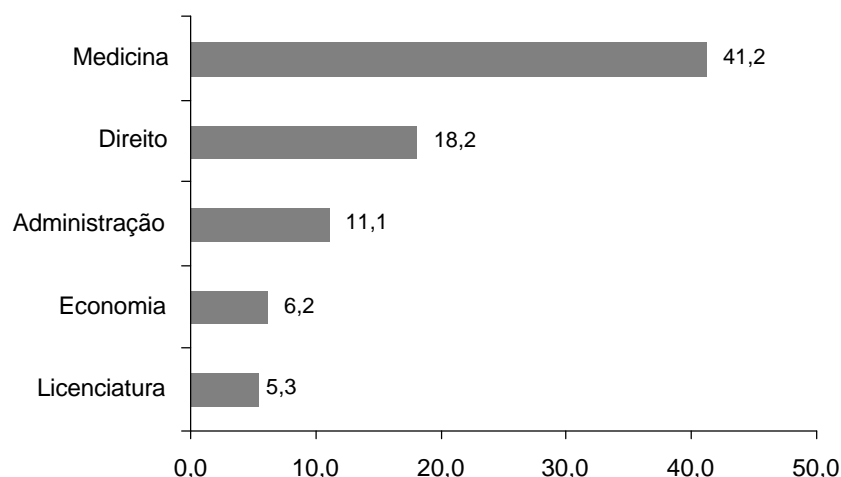


Gráfico 5 – Educação Superior – Relação candidato/vaga na rede pública, por curso – Brasil – 2002

Fonte: MEC/Inep.

Tabela 3 – Relação candidato/vaga e número de ingressos e de vagas por curso segundo a categoria administrativa – Brasil – 1991-2002

Curso / Categoria Administrativa	Candidato/Vaga			Ingressos			Vagas		
	1991	1996	2002	1991	1996	2002	1991	1996	2002
LICENCIATURA ⁽¹⁾									
Pública	3,1	4,2	5,3	62.855	78.081	144.325	74.808	90.719	153.889
Privada	1,4	1,2	1,1	103.468	102.477	217.133	150.970	159.449	366.975
ADMINISTRAÇÃO									
Pública	8,0	7,1	11,1	9.468	11.418	14.952	9.944	11.866	15.529
Privada	3,8	2,6	1,4	39.358	52.313	189.093	41.909	60.180	297.894
DIREITO									
Pública	14,3	17,4	18,2	6.707	9.765	12.117	7.091	9.922	12.238
Privada	6,4	6,0	2,6	27.362	48.994	122.823	28.016	49.779	166.661
ECONOMIA									
Pública	4,8	4,3	6,2	5.627	6.359	6.245	5.962	6.713	6.695
Privada	2,0	1,3	0,9	13.704	11.448	10.140	15.436	15.679	21.630
MEDICINA									
Pública	23,2	36,3	41,2	4.404	4.699	5.616	4.640	4.769	5.616
Privada	19,9	24,4	16,9	3.119	3.146	5.214	3.146	3.177	5.627

Fonte: MEC/Inep.

Nota: (1) As informações de número de cursos e matrículas são relativas aos cursos que possuem licenciatura, mas que contabilizam os bacharéis e os licenciados.

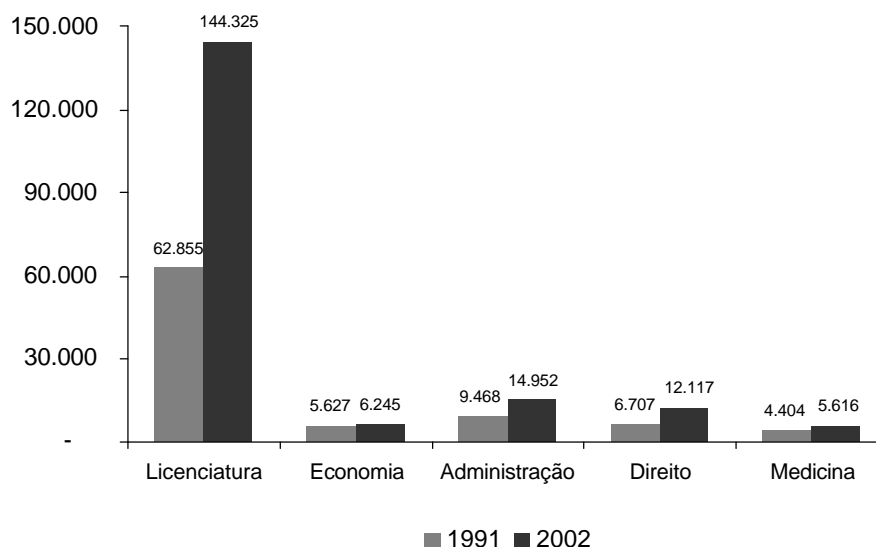


Gráfico 6 – Educação Superior – Número de ingressos na rede pública, por curso – Brasil – 1991/2002

Fonte: MEC/Inep.

Um dado positivo, como já comentamos, foi o aumento do número de cursos de graduação, que oferecem licenciatura, que passaram de 2.512 em 1991 para 5.880 em 2002, com uma grande participação da rede pública, que concentra 3.116 cursos, o que também é um bom indicador. Essa é uma tendência diferente da observada para outros cursos, como Administração, Direito, Economia e Medicina, onde o maior crescimento e concentração ocorreram na rede privada.

A matrícula em cursos de graduação que oferecem licenciatura cresceu 90% no período 1991/2002, chegando, em 2002, a um contingente de 1.059.385 alunos. Constata-se, ainda, um aumento progressivo da participação relativa da rede pública cujas matrículas, em 2002, aproximam-se daquelas da rede privada. Essa equivalência entre as redes também é observada para o número de cursos de Economia e Medicina, apesar de apresentarem uma grandeza bem inferior. A situação das matrículas nos cursos de Administração e Direito mostra uma significativa concentração na rede privada, na proporção de uma matrícula pública para sete matrículas na rede privada.

Tabela 4 – Número de cursos de graduação, matrículas e concluintes por curso segundo a categoria administrativa Brasil – 1991-2002

Curso/Categoria Administrativa	Número de Cursos			Matrícula em 30/4			Concluintes		
	1991	1996	2002	1991	1996	2002 ⁽¹⁾	1990	1995	2002
LICENCIATURA ⁽²⁾	2.512	3.318	5.880	555.636	638.139	1.059.385	103.875	104.539	176.569
Pública	1.114	1.697	3.116	236.356	329.694	500.968	33.900	44.756	76.784
Privada	1.398	1.621	2.764	319.280	308.445	558.417	69.975	59.783	99.785
ADMINISTRAÇÃO	333	515	1.413	177.838	226.302	493.104	23.384	28.003	54.656
Pública	93	141	182	39.687	51.416	59.657	4.593	6.120	7.930
Privada	240	374	1.231	138.151	174.886	433.447	18.791	21.883	46.726
DIREITO	165	262	599	159.390	239.201	463.135	24.264	29.122	53.908
Pública	55	81	104	38.305	46.983	56.242	5.889	6.812	8.424
Privada	110	181	495	121.085	192.218	406.893	18.375	22.310	45.484
ECONOMIA	177	205	266	71.765	67.055	63.375	5.343	6.787	7.654
Pública	66	73	84	24.846	27.921	28.112	1.908	2.505	3.033
Privada	111	132	182	46.919	39.134	35.263	3.435	4.282	4.621
MEDICINA	80	86	115	46.881	48.667	59.755	6.968	7.194	8.498
Pública	46	51	61	28.387	29.639	31.630	4.145	4.531	4.938
Privada	34	35	54	18.494	19.028	28.125	2.823	2.663	3.560

Fonte: MEC/Inep.

Notas: (1) Matrícula em 30/6/2002.

(2) As informações de número de cursos e matrículas são relativas aos cursos que possuem licenciatura, mas que contabilizam os bacharéis e os licenciados. Para os concluintes a informação é exclusiva de licenciatura.

O número de concluintes com licenciatura em 2001 foi de 176.569.

Um outro aspecto a se considerar é como este aumento de concluintes distribui-se entre os diferentes cursos de licenciatura e compará-los com a demanda por professor nas respectivas áreas. Este esforço comparativo é apresentado na Tabela 5. Para compor a coluna da demanda de docentes, consideramos para o Ensino Médio uma relação de 37 alunos por turma (média nacional) e uma jornada semanal de 20 horas assim distribuídas: Língua Portuguesa, 4 horas; Matemática, 3 horas; Biologia, Física, Química, História e Geografia, 2 horas; Língua Estrangeira, Educação Física e Educação Artística, 1 hora. Já para as turmas de 5ª a 8ª série, a jornada de 20 horas está assim distribuída: Língua Portuguesa e Ciências, 4 horas; Matemática, 3 horas; História e Geografia, Língua Estrangeira e Educação Física, 2 horas; Educação Artística, 1 hora.

Analisando os dados da Tabela 5, constatam-se como áreas críticas, onde o número de licenciados está muito abaixo da demanda estimada, as disciplinas de Química e Física, em especial se considerarmos que estes docentes devem compartilhar com os biólogos a disciplina de Ciências. Deve-se, ainda, considerar que nem todos os concluintes com licenciatura atuarão, necessariamente, como professores.

Tabela 5 – Demanda estimada de funções docentes e número de licenciados por disciplina – Brasil

Disciplina	Demanda Estimada para 2002			Número de Licenciados	
	Ensino Médio	Ensino Fund. 5ª a 8ª série	Total	1990-2001	2002-2010 ⁽¹⁾
Língua Portuguesa	47.027	95.152	142.179	52.829	221.981
Matemática	35.270	71.364	106.634	55.334	162.741
Biologia	23.514	95.152	55.231	53.294	126.488
Física	23.514	(Ciências)	55.231	7.216	14.247
Química	23.514		55.231	13.559	25.397
Língua Estrangeira	11.757	47.576	59.333	38.410	219.617
Educação Física	11.757	47.576	59.333	76.666	84.916
Educação Artística	11.757	23.788	35.545	31.464	12.400
História	23.514	47.576	71.089	74.666	102.602
Geografia	23.514	47.576	71.089	53.509	89.121

Fonte: MEC/Inep.

Nota: (1) Dados Estimados.

Contudo, como sabemos, o Brasil ainda não consegue assegurar a Educação Infantil e o Ensino Médio a um número significativo de brasileiros que aspiram a esses níveis de ensino. Logo, não basta ver a demanda atual de professores sem considerar a expansão do sistema, que tem seu referencial estratégico definido pelo Plano Nacional de Educação. Estas necessidades são indicadas na Tabela 6, construída a partir das metas de expansão de atendimento do PNE e considerando a relação aluno/professor vigente em 2002. Observamos que, com o incremento das matrículas na Creche, a estimativa de professores para 2006 exigirá a criação de, pelo menos, mais 107 mil funções docentes. No caso da Pré-Escola, a meta de matrículas exigirá um crescimento de 32 mil novas funções docentes diante da situação de 2002.

Para o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, diante da redução esperada nas matrículas, considerando a manutenção do cenário de políticas para a regularização do fluxo escolar, a expectativa para 2006 implicará redução de 150 mil postos de professores. Esses profissionais poderão ser remanejados para outros níveis de ensino, em especial para a Educação Infantil. No ensino fundamental de 5ª a 8ª série, também em função do cenário de adequação do fluxo escolar, até o ano de 2006, deverão ser necessários 98 mil novos professores. Por fim, para o Ensino Médio, que passa por um processo de grande expansão, a necessidade estimada é de um incremento de 125 mil novos docentes. Mesmo considerando os dados da Tabela 5 que apontam para um grande número de novos licenciados na década, estimam-se graves problemas, em especial nas áreas de Física e Química, para atender ao incremento da matrícula no Ensino Médio. Vale ressaltar que essa avaliação considerou constante a relação matrícula/professor registrada em 2002.

Tabela 6 – Estimativa⁽¹⁾ de funções docentes no setor público para atendimento das metas do PNE Brasil – 2002-2006

Nível e Modalidade de Ensino	Ano				
	2002 ⁽²⁾	2003	2004	2005	2006
Creche (Até 3 anos)					
- Matrícula no Setor Público	717.307	755.678	1.207.745	1.729.881	2.688.968
- Funções Docentes no Setor Público	38.750	40.823	65.244	93.451	145.262
Pré-escola (4 a 6 anos)					
- Matrícula no Setor Público	3.706.894	3.838.087	3.989.839	4.175.139	4.400.470
- Funções Docentes no Setor Público	172.714	178.827	185.897	194.531	205.030
Ensino Fundamental – 1ª a 4ª série					
- Matrícula no Setor Público	17.689.243	17.034.625	16.266.723	15.285.364	13.745.598
- Funções Docentes no Setor Público	701.308	675.355	644.911	606.004	544.958
Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série					
- Matrícula no Setor Público	14.226.342	14.489.864	14.866.202	15.429.827	16.376.152
- Funções Docentes no Setor Público	646.299	658.271	675.368	700.973	743.964
Ensino Médio					
- Matrícula no Setor Público	7.587.684	7.864.600	8.585.991	9.302.083	10.274.160
- Funções Docentes no Setor Público	352.785	365.660	399.201	432.495	477.691

Fonte: MEC/Inep.

Notas: (1) A estimativa considerou constante a relação matrícula/função docente apresentada em 2002.

(2) Dados do Censo Escolar 2002.

3. Mercado de Trabalho

Em 2002, o Censo Escolar registrou um total de 2,4 milhões de funções docentes em Creche, Pré-escola, Classe de Alfabetização, Ensino Fundamental e Ensino Médio, para um total de 50,6 milhões de alunos matriculados nesses níveis de ensino.

Dos 68.890 professores que atuam na creche, um pouco menos da metade está na rede particular de ensino (30.140). Já na pré-escola, esta proporção é de cerca de um terço.

De acordo com as metas do PNE, a quantidade de docentes em Creche, Pré-escola e Classes de Alfabetização deve crescer nos próximos anos. O PNE estabelece a meta de atendimento escolar de 50% das crianças de até 3 anos de idade e 80% das crianças de 4 a 6 anos. A meta para as crianças de 6 anos é ainda mais ambiciosa, ou seja, 100% de atendimento escolar no mesmo período de tempo, isto é, 10 anos. Para atingir estas metas, a rede pública terá que aumentar consideravelmente sua participação e conseqüentemente terá aumentado o número de docentes na Educação Infantil.

Tabela 7 – Número de funções docentes atuando em Creche e Pré-escola por rede – Brasil e Regiões – 2002

Unidade Geográfica	Creche			Pré-Escola		
	Total	Rede		Total	Rede	
		Pública	Privada		Pública	Privada
Brasil	68.890	38.750	30.140	259.203	172.714	86.489
Norte	3.046	2.487	559	17.550	14.050	3.500
Nordeste	15.756	11.163	4.593	80.072	55.432	24.640
Sudeste	29.629	12.216	17.413	112.200	71.438	40.762
Sul	16.703	10.671	6.032	35.219	23.815	11.404
Centro-Oeste	3.756	2.213	1.543	14.162	7.979	6.183

Fonte: MEC/Inep.

O Gráfico 7 mostra que a maioria dos docentes (58%) que atuam em Creche na Região Sudeste está na rede privada. Para as demais regiões, o percentual de docentes que atuam em Creche é maior na rede pública, com destaque para as Regiões Norte (81,6%) e Nordeste (70,8%).

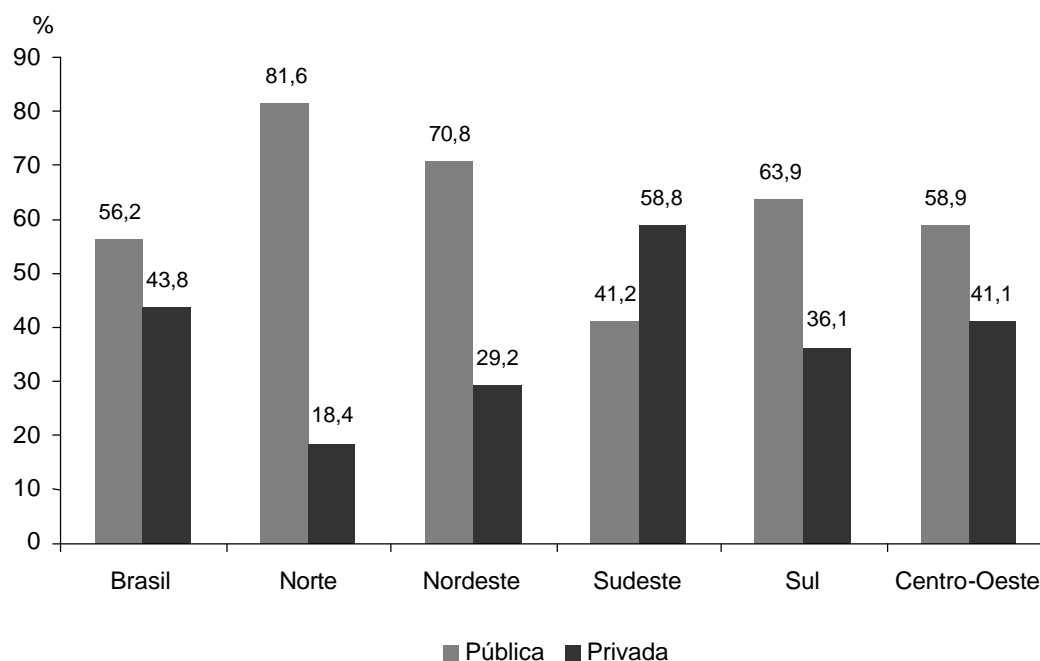


Gráfico 7 – Creche – Distribuição percentual de funções docentes por dependência administrativa – Brasil e regiões – 2002

Fonte: MEC/Inep.

Tabela 8 – Número de funções docentes atuando em Classe de Alfabetização e Pré-Escola por rede – Brasil – 1991-2002

Ano	Classe de Alfabetização			Pré-Escola		
	Total	Rede		Total	Rede	
		Pública	Privada		Pública	Privada
1991	89.291	76.188	13.103	166.917	112.056	54.861
1996	75.549	62.357	13.192	219.517	152.641	66.876
2002	38.281	22.880	15.401	259.203	172.714	86.489
Varição 1991-1996	-15,4%	-18,2%	0,7%	31,5%	36,2%	21,9%
Varição 1996-2002	-49,3%	-63,3%	16,7%	18,1%	13,2%	29,3%

Fonte: MEC/Inep.

Em função das Classes de Alfabetização estarem sendo desativadas, com a possível absorção dos seus docentes na Educação Infantil ou nas séries iniciais do Ensino Fundamental, está ocorrendo uma queda no número de docentes atuando em Classes de Alfabetização (49,3%) no período de 1996 a 2002, sendo esta redução observada com maior intensidade na rede pública de ensino, com redução de 63,3%, enquanto na rede privada observa-se um aumento de 16,7%. Esta queda observada na rede pública é consequência direta da entrada em vigor, em 1998, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério (Fundef) que vincula o repasse de recursos apenas às matrículas no Ensino Fundamental Regular.

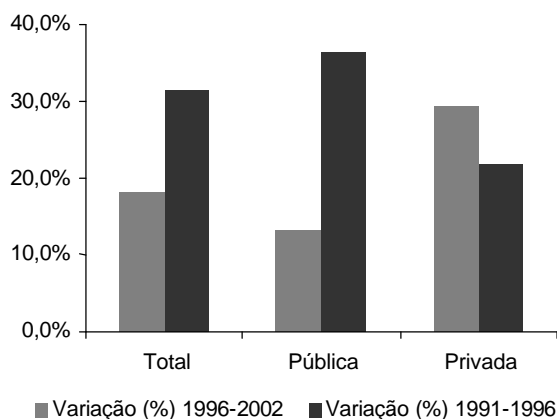


Gráfico 8 – Pré-Escola – Variação percentual do número de funções docentes por dependência administrativa – Brasil – 1991-2002

Fonte: MEC/Inep.

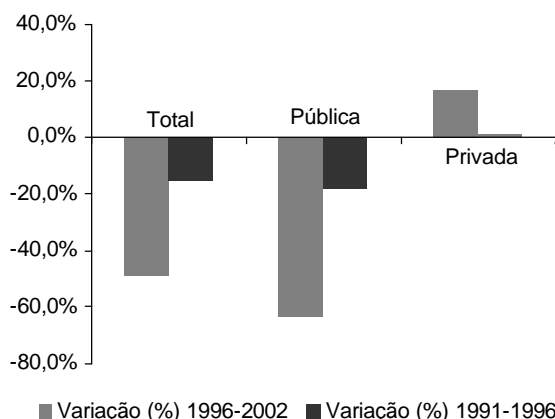


Gráfico 9 – Classe de Alfabetização – Variação percentual do número de funções docentes por dependência administrativa – Brasil – 1991-2002

Fonte: MEC/Inep.

Em 2002, o Censo Escolar registrou um estoque de 38.281 docentes atuando em Classes de Alfabetização, sendo 22.880 na rede pública. Cabe observar que este contingente foi de 89.921 em 1991, sendo 76.188 na rede pública. Resultado do declínio apresentado por essa “modalidade de ensino”. Na rede pública, as Regiões Sul e Centro-Oeste tiveram menor redução no número de docentes no período de 1996 a 2002. O Sudeste apresentou maior declínio, passando de 8.098 em 1996 para 48 em 2002, seguido do Nordeste, com um declínio de 41.539 em 1996 para 16.841 em 2002.

Tabela 9 – Número de funções docentes atuando em Classe de Alfabetização e Ensino Fundamental de 1ª a 4ª por rede – Brasil e regiões – 2002

Unidade Geográfica	Classe de Alfabetização			Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série		
	Total	Rede		Total	Rede	
		Pública	Privada		Pública	Privada
Brasil	38.281	22.880	15.401	809.125	701.308	107.817
Norte	5.244	4.087	1.157	76.650	72.175	4.475
Nordeste	25.507	16.841	8.666	278.478	245.539	32.939
Sudeste	4.627	48	4.579	284.380	234.713	49.667
Sul	232	59	173	112.810	101.162	11.648
Centro-Oeste	2.671	1.845	826	56.807	47.719	9.088

Fonte: MEC/Inep.

Enquanto a Pré-escola e o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série registram maior percentual de aumento na rede particular, a rede pública supera a rede particular no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série e o Ensino Médio.

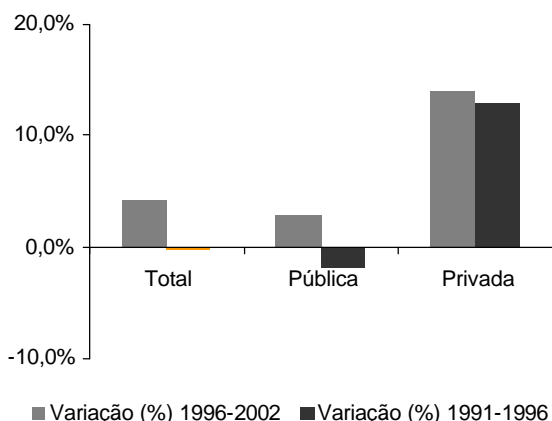


Gráfico 10 – Ensino Fundamental – 1ª a 4ª série – Variação percentual do número de funções docentes por dependência administrativa – Brasil – 1991-2002

Fonte: MEC/Inep.

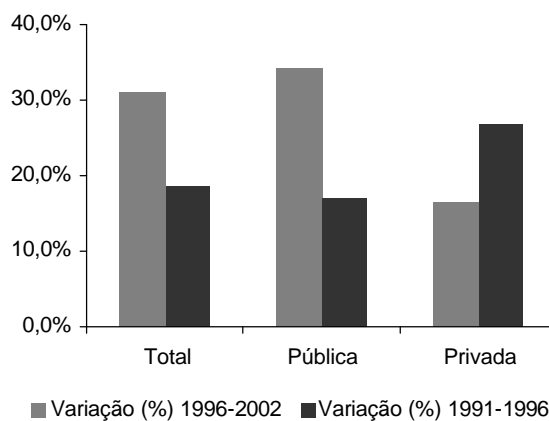


Gráfico 11 – Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série – Variação percentual do número de funções docentes por dependência administrativa – Brasil – 1991-2002

Fonte: MEC/Inep.

O aumento no número de docentes no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª foi de 30,9% de 1996 para 2002, sendo 34,2% na rede pública. No Ensino Médio este acréscimo foi de 43,3%, com 50,8% na rede pública. A região que registrou maior aumento, tanto no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série quanto no Ensino Médio, foi a Nordeste. Isso se explica pelo constante aumento das matrículas no segundo seguimento do Ensino Fundamental nessa região.

Tabela 10 – Número de funções docentes atuando no Ensino Fundamental e no Ensino Médio por rede Brasil – 1991-2002

Ano	Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série			Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série			Ensino Médio		
	Total	Rede		Total	Rede		Total	Rede	
		Pública	Privada		Pública	Privada		Pública	Privada
1991	778.176	694.388	83.788	515.831	426.618	89.213	259.380	181.100	78.280
1996	776.537	681.906	94.631	611.710	498.712	112.998	326.827	233.958	92.869
2002	809.125	701.308	107.817	800.753	669.266	131.487	468.310	352.785	115.525
Variação 1991-1996	-0,2%	-1,8%	12,9%	18,6%	16,9%	26,7%	26,0%	29,2%	18,6%
Variação 1996-2002	4,2%	2,8%	13,9%	30,9%	34,2%	16,4%	43,3%	50,8%	24,4%

Fonte: MEC/Inep.

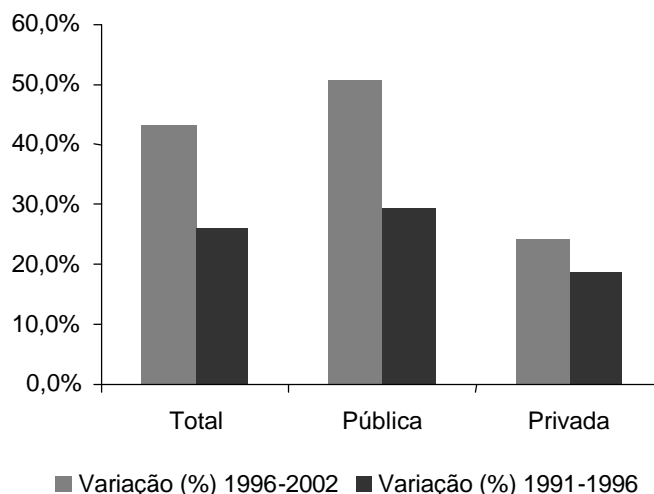


Gráfico 12 – Ensino Médio – Variação Percentual do Número de Funções Docentes por Dependência Administrativa Brasil – 1991-2002

Fonte: MEC/Inep.

Tabela 11 – Número de funções docentes atuando no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª por rede – Brasil e regiões – 2002

Unidade Geográfica	Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série				
	Total	Rede			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	800.753	1.637	418.438	249.191	131.487
Norte	52.842	243	28.079	19.716	4.804
Nordeste	221.935	332	86.524	101.136	33.943
Sudeste	332.121	638	182.864	81.540	67.079
Sul	130.464	263	82.587	31.840	15.774
Centro-Oeste	63.391	161	38.384	14.959	9.887

Fonte: MEC/Inep.

Tabela 12 – Número de funções docentes atuando no Ensino Médio por dependência administrativa – Brasil e regiões – 2002

Unidade Geográfica	Ensino Médio				
	Total	Rede			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	468.310	8.272	331.054	13.459	115.525
Norte	27.252	719	22.540	176	3.817
Nordeste	110.574	2.524	72.192	9.032	26.826
Sudeste	220.757	2.803	154.219	3.510	60.225
Sul	75.512	1.775	56.830	521	16.386
Centro-Oeste	34.215	451	25.273	220	8.271

Fonte: MEC/Inep.

4. Escolaridade do Professor

4.1 Professores que Atuam em Creche

A partir das determinações da LDB, que estabelece de forma incisiva, pela primeira vez na história do País, o vínculo entre o atendimento da criança de 0 a 6 anos e a educação, cresceram as discussões e os diagnósticos sobre a situação da educação infantil no Brasil. Nesse contexto, a questão da habilitação adequada do professor que irá atuar junto a essa clientela é um dos pontos prioritários, tendo em vista a sua especificidade.

As creches, voltadas para o atendimento das crianças de 0 a 3 anos, e que, de acordo com o Censo Demográfico 2000 do IBGE, correspondem a 13 milhões de crianças, foram incluídas de forma sistemática no levantamento do Censo Escolar somente a partir de 1999. Anteriormente esse tipo de atendimento era pesquisado apenas quando oferecido por estabelecimentos que tivessem pré-escola, ensino fundamental ou ensino médio.

Em 2000, com a realização do Censo da Educação Infantil, o Inep iniciou um cadastramento de todos esses estabelecimentos de ensino. Nesse processo crescente de identificação do universo, os dados do Censo Escolar 2002 mostraram que existem 68.890 funções docentes atuando em Creche. Ainda em termos absolutos, a grande maioria encontra-se na Região Sudeste, que concentra 43% das funções docentes desse tipo de atendimento no País. As Regiões Sul e Nordeste mostram uma relativa equivalência de valores, com 16.703 e 15.756 funções docentes, respectivamente. Nas Regiões Centro-Oeste e Norte, os valores são bem inferiores, com um número de funções docentes atuando em Creche em torno de três mil.

Tabela 13 – Funções docentes em Creche por grau de formação – Brasil e regiões – 2002

Unidade Geográfica	Grau de Formação				
	Total	Fundamental		Médio Completo	Superior Completo
		Incompleto	Completo		
Brasil	68.890	3.657	5.969	49.103	10.161
Norte	3.046	139	308	2.496	103
Nordeste	15.756	874	1.649	12.070	1.163
Sudeste	29.629	1.390	1.966	20.639	5.634
Sul	16.703	1.075	1.800	11.317	2.511
Centro-Oeste	3.756	179	246	2.581	750

Fonte: MEC/Inep.

Em termos de escolaridade, 14% das funções docentes que atuam em Creche têm formação inferior ao Ensino Médio, e esse quadro mostra-se relativamente uniforme ao se comparar as regiões geográficas. Contudo, nunca é demais ressaltar sobre as precariedades das estatísticas sobre creches no

Brasil, visto que uma parcela dessas encontra-se não regularizada e, portanto, não responde aos questionários do Censo Escolar. Diante disso, podemos adiantar que os problemas de qualificação dos profissionais nesse segmento são bem mais graves do que os indicadores da Tabela 13 parecem apontar.

Tabela 14 – Percentual de funções docentes em Creche por grau de formação – Brasil e Regiões – 2002

Unidade Geográfica	Grau de Formação			
	Fundamental		Médio Completo	Superior Completo
	Incompleto	Completo		
Brasil	5,3	8,7	71,3	14,7
Norte	4,6	10,1	81,9	3,4
Nordeste	5,5	10,5	76,6	7,4
Sudeste	4,7	6,6	69,7	19,0
Sul	6,4	10,8	67,8	15,0
Centro-Oeste	4,8	6,5	68,7	20,0

Fonte: MEC/Inep.

4.2 Professores que Atuam em Pré-Escola

O índice de docentes com formação superior e licenciatura atuando na Pré-Escola aumentou de 16,3% (1996) para 22,5% (2002). Todas as regiões contribuíram para esse aumento: Sul, que passou de 21,8% (1996) para 28,4% (2002); Centro-Oeste, de 21,1% (1996) para 27,5% (2002); Sudeste, de 28,2% (1996) para 33,5% (2002); Nordeste, de 3,8% (1996) para 8% (2002); e, finalmente, a Região Norte, com o menor crescimento, passando de 2% (1996) para 3,1% (2002).

Tabela 15 – Percentual de funções docentes que atuam na Pré-Escola por grau de formação – Brasil e regiões – 1991-2002

Unidade Geográfica	Ano	Grau de Formação				
		Até Fundamental	Médio		Superior	
			Com Magistério	Sem Magistério	Sem Licenciatura	Com Licenciatura
Brasil	1991	18,9	56,6	7,4	1,3	15,8
	1996	16,1	61,4	4,3	2,0	16,3
	2002	4,4	64,0	4,2	4,9	22,5
Norte	1991	33,3	59,8	5,1	0,1	1,7
	1996	30,4	63,8	3,5	0,3	2,0
	2002	6,4	86,8	2,1	1,6	3,1
Nordeste	1991	37,1	54,1	4,9	0,4	3,6
	1996	31,1	61,1	3,2	0,8	3,8
	2002	8,6	77,1	3,9	2,4	8,0
Sudeste	1991	4,3	60,1	8,2	2,2	25,3
	1996	2,4	62,2	4,3	2,9	28,2
	2002	1,5	55,1	3,6	6,4	33,5
Sul	1991	13,2	53,0	9,8	1,3	22,7
	1996	9,0	58,2	7,7	3,3	21,8
	2002	3,9	53,9	6,6	7,3	28,4
Centro-Oeste	1991	13,4	53,8	13,8	2,0	17,1
	1996	9,2	62,4	4,8	2,4	21,1
	2002	2,9	57,5	6,7	5,4	27,5

Fonte: MEC/Inep.

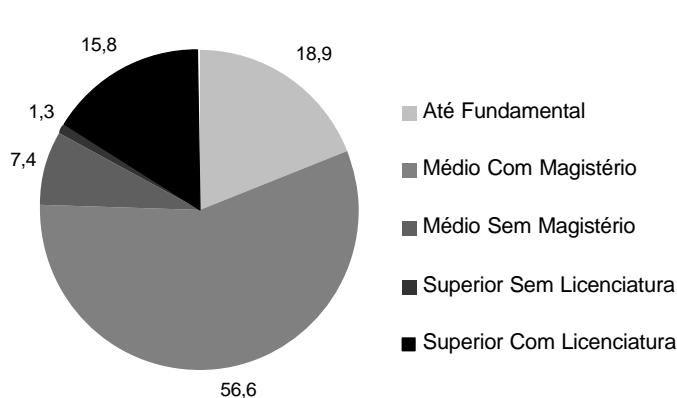


Gráfico 13 – Pré-Escola – Percentual de funções docentes por grau de formação Brasil – 1991

Fonte: MEC/Inep.

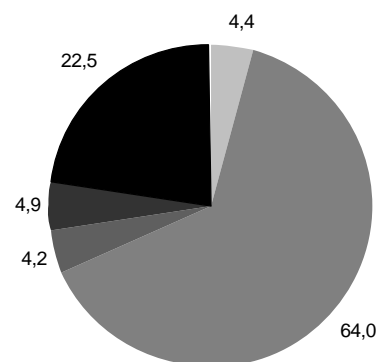


Gráfico 14 – Pré-Escola – Percentual de funções docentes por grau de formação Brasil – 2002

Fonte: MEC/Inep.

4.3 Professores que Atuam no Ensino Fundamental

A proporção de docentes com formação até o Ensino Fundamental, lecionando no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, diminuiu de 15,3% (1996) para 2,8% (2002), e de 1% (1996) para 0,3% (2002) para os que atuam de 5ª a 8ª série. As regiões que mais contribuíram para essa redução, considerando o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, foram: Norte, passando de 33,3% (1996)

para 5,6% (2002); e Nordeste, de 27,7% (1996) para 5,1% (2002). Nas demais regiões, o número de docentes com este nível de formação praticamente acabou. No Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, o percentual está em um nível muito baixo, chegando, no máximo, a 0,6%; podemos destacar a Região Sudeste que, em 2002, registrou apenas 0,1% dos professores com esse nível de formação.

De maneira geral observa-se que o nível de qualificação dos docentes tem melhorado muito nos últimos anos. Há, entretanto, de se avançar mais para o completo atendimento das metas do PNE.

Tabela 16 – Percentual de funções docentes que atuam no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série por grau de formação – Brasil e Regiões – 1991-2002

Unidade Geográfica	Ano	Grau de Formação				
		Até Fundamental	Médio		Superior	
			Com Magistério	Sem Magistério	Sem Licenciatura	Com Licenciatura
Brasil	1991	17,4	57,7	5,7	0,9	18,3
	1996	15,3	61,1	3,3	1,8	18,5
	2002	2,8	64,0	2,9	3,9	26,4
Norte	1991	39,3	53,0	4,5	0,1	3,1
	1996	33,3	60,1	3,9	0,4	2,3
	2002	5,6	85,8	2,0	1,3	5,3
Nordeste	1991	31,8	57,8	4,3	0,2	5,9
	1996	27,7	61,5	3,0	1,0	6,8
	2002	5,1	77,1	2,8	2,6	12,3
Sudeste	1991	3,6	61,9	5,6	1,5	27,4
	1996	3,0	63,5	2,2	2,6	28,7
	2002	0,8	53,4	2,6	4,8	38,4
Sul	1991	9,0	51,9	7,6	1,0	30,6
	1996	5,5	56,7	5,7	2,5	29,6
	2002	1,1	50,3	3,4	5,9	39,4
Centro-Oeste	1991	17,3	54,0	9,8	1,8	17,0
	1996	11,4	58,2	4,2	2,6	23,7
	2002	1,7	50,8	4,9	4,8	37,7

Fonte: MEC/Inep.

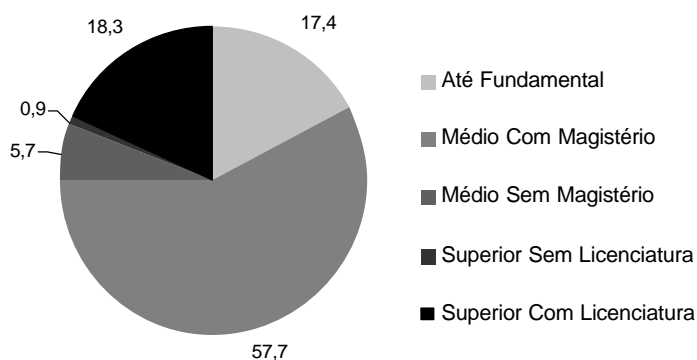


Gráfico 15 – E. Fundamental – 1ª a 4ª série – Percentual de funções docentes por grau de formação Brasil – 1991

Fonte: MEC/Inep.

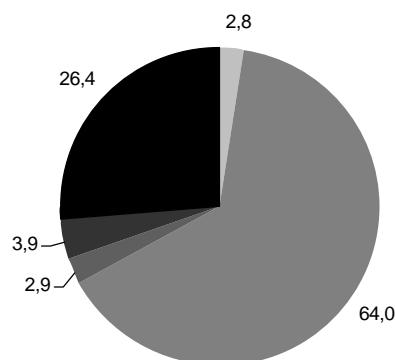


Gráfico 16 – E. Fundamental – 1ª a 4ª série – Percentual de funções docentes por grau de formação – Brasil – 2002

Fonte: MEC/Inep.

A Tabela 17, que apresenta o grau de formação das funções docentes de 5ª a 8ª série, indica que há ainda um longo caminho a percorrer para o pleno atendimento da exigência mínima legal que é a de licenciatura plena. Pela tabela, constata-se que aproximadamente 32% das funções docentes do País não possuem esse grau de formação, chegando a 59% na Região Norte e 52% na Região Nordeste. Tendo em vista o aumento esperado nas matrículas neste setor, em especial nas regiões onde a carência de professores habilitados é maior, cabe o alerta para o problema em questão.

Tabela 17 – Percentual de funções docentes que atuam no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série por grau de formação – Brasil e regiões – 1991-2002

Unidade Geográfica	Ano	Grau de Formação				
		Até Fundamental	Médio		Superior	
			Com Magistério	Sem Magistério	Sem Licenciatura	Com Licenciatura
Brasil	1991	0,8	15,8	9,7	3,0	70,7
	1996	1,0	18,7	6,6	5,7	68,0
	2002	0,3	18,9	5,6	6,9	68,3
Norte	1991	1,8	35,2	18,5	2,0	42,4
	1996	2,1	43,4	11,2	6,0	37,3
	2002	0,6	46,1	5,8	6,3	41,1
Nordeste	1991	1,6	36,3	13,2	2,2	46,8
	1996	1,3	38,1	7,7	6,5	46,4
	2002	0,4	37,6	6,7	6,9	48,4
Sudeste	1991	0,3	6,2	7,7	3,6	82,2
	1996	0,7	8,1	5,2	5,5	80,6
	2002	0,1	5,9	4,3	6,4	83,3
Sul	1991	0,7	9,7	7,3	2,4	79,8
	1996	0,8	9,4	5,8	4,5	79,5
	2002	0,4	7,6	5,7	8,3	78,0
Centro-Oeste	1991	1,4	20,3	12,3	3,8	62,3
	1996	1,5	23,8	9,3	7,3	58,0
	2002	0,4	22,5	8,2	7,2	61,7

Fonte: MEC/Inep.

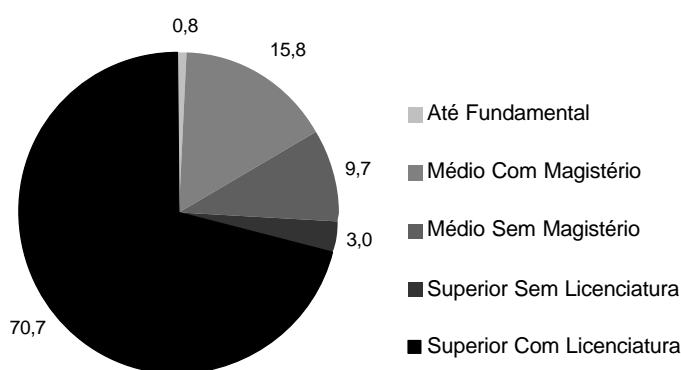


Gráfico 17 – E. Fundamental – 5ª a 8ª série – Percentual de funções docentes por grau de formação – Brasil – 1991

Fonte: MEC/Inep.

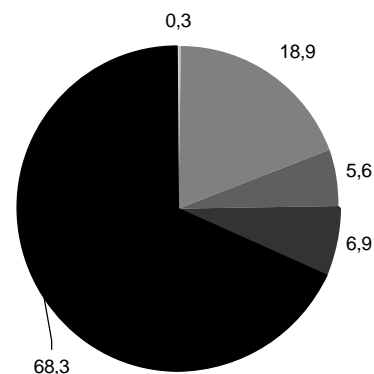


Gráfico 18 – E. Fundamental – 5ª a 8ª série – Percentual de funções docentes por grau de formação – Brasil – 2002

Fonte: MEC/Inep.

4.4 Professores que Atuam no Ensino Médio

Embora o Ensino Médio seja o nível de ensino que detém os professores com melhor escolaridade, cabe salientar que 21% deles ainda não têm a formação mínima exigida pela legislação.

A Região Sudeste tem mais de 85% dos seus docentes de Ensino Médio com nível de formação adequada. Na Região Norte observa-se que 15% dos docentes, embora tenham curso superior, não são licenciados. Existem diferenças bastante significativas entre regiões, Estados e municípios, o que mostra que, assim como nas séries finais do Ensino Fundamental, é preciso investir na formação dos docentes, em especial naquelas regiões do País e nas áreas do conhecimento onde a carência é mais crítica.

Tabela 18 – Percentual de funções docentes que atuam no Ensino Médio por grau de formação – Brasil e regiões – 1991-2002

Unidade Geográfica	Ano	Grau de Formação				
		Até Fundamental	Médio		Superior	
			Com Magistério	Sem Magistério	Sem Licenciatura	Com Licenciatura
Brasil	1991	0,4	6,8	9,4	8,5	74,9
	1996	0,3	6,9	6,4	12,1	74,3
	2002	0,1	5,2	5,4	10,3	79,0
Norte	1991	0,4	11,2	16,9	7,2	64,3
	1996	0,4	13,0	7,2	16,2	63,2
	2002	0,0	9,9	5,6	14,9	69,6
Nordeste	1991	0,8	18,8	13,0	7,8	59,7
	1996	0,6	16,6	7,8	13,9	61,0
	2002	0,1	12,2	7,7	13,3	66,7
Sudeste	1991	0,3	2,2	8,0	8,8	80,8
	1996	0,2	2,8	5,4	11,7	80,0
	2002	0,0	1,2	3,5	8,3	87,0
Sul	1991	0,2	2,7	6,8	8,3	82,0
	1996	0,3	2,6	6,1	10,0	80,9
	2002	0,1	2,2	5,9	10,7	81,0
Centro-Oeste	1991	0,5	12,0	10,4	9,5	67,6
	1996	0,3	10,9	9,4	11,7	67,7
	2002	0,1	11,5	9,1	9,2	70,1

Fonte: MEC/Inep.

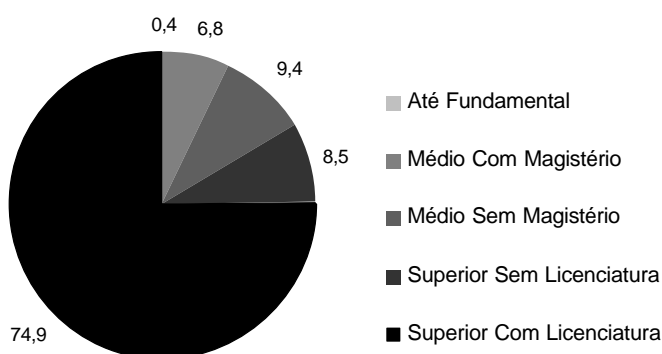


Gráfico 19 – Ensino Médio – Percentual de funções docentes por grau de formação Brasil – 1991

Fonte: MEC/Inep.

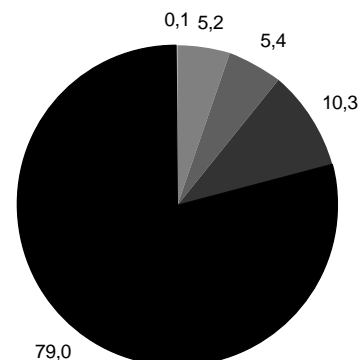


Gráfico 20 – Ensino Médio – Percentual de Funções Docentes por Grau de Formação Brasil – 2002

Fonte: MEC/Inep.

4.5 Professores que Atuam na Educação Superior

O Ensino Superior de graduação tem registrado melhoria constante no nível de qualificação dos seus professores. Em 1991, mestres e doutores eram apenas 35% dos docentes. Com um aumento de praticamente 155% no período (1991 a 2002), o número de mestres e doutores já representa mais de 54% dos docentes neste nível de ensino, efeito que pode ser atribuído à LDB e

à legislação posterior que aumentaram as exigências de formação mesmo para os estabelecimentos isolados de ensino.

Um dado que merece comentário é que, neste aspecto, a situação do Nordeste não destoa muito daquela das outras regiões do País, particularmente do Sudeste, fato que pode ser explicado pela maior participação das instituições públicas na primeira região, que apresentam uma melhor qualificação de seu pessoal docente, quando comparada com a segunda.

Tabela 19 – Número de funções docentes atuando na Educação Superior por grau de formação – Brasil e Regiões ± 2001

Unidade Geográfica	Total	Grau de Formação				
		Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Brasil	219.947	301	32.380	68.155	72.978	46.133
Norte	9.341	31	1.827	3.582	2.989	912
Nordeste	34.006	63	5.130	11.682	11.748	5.383
Sudeste	113.647	131	16.883	31.527	36.100	29.006
Sul	45.287	27	5.620	14.827	16.487	8.326
Centro-Oeste	17.666	49	2.920	6.537	5.654	2.506

Fonte: MEC/Inep.

Tabela 20 – Número de funções docentes atuando na Educação Superior por grau de formação – Brasil – 1991-2001

Ano	Total	Grau de Formação				
		Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
1991	133.135	152	42.375	43.850	29.046	17.712
1996	148.320	333	33.037	53.990	36.954	24.006
2001	219.947	301	32.380	68.155	72.978	46.133
Varição 1991-1996	11,4%	119,1%	-22,0%	23,1%	27,2%	35,5%
Varição 1996-2001	48,3%	-9,6%	-2,0%	26,2%	97,5%	92,2%

Fonte: MEC/Inep.

4.6 Professores que Atuam na Zona Rural

A educação do campo encontra-se na pauta de discussão das políticas públicas, diante das suas especificidades e da necessidade de que ela seja um instrumento para o desenvolvimento sustentável dessa região. Diante disso, a questão do professor exige uma abordagem própria e contextualizada nessa realidade.

A área rural, no Brasil, concentra cerca de 50% dos estabelecimentos de ensino de educação básica e apenas 14% dos estudantes. Suas escolas são, geralmente, pequenas e unidocentes. De acordo com o Censo Escolar 2002, dentre os 100.084 estabelecimentos rurais de ensino que oferecem o ensino

fundamental de 1ª a 4ª série, 63.928 oferecem exclusivamente turmas multisseriadas. Essa predominância de organização exige que um mesmo professor, além das atividades administrativas que caberiam a um diretor, ministre, simultaneamente, aulas para diferentes séries.

Se na zona urbana já se observa carência de pessoal qualificado para atuar na educação básica, no meio rural esse quadro é ainda mais crítico. No Brasil, menos de 10% dos docentes da zona rural que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental têm formação superior, enquanto na zona urbana esse contingente representa 38% das funções docentes. Cabe observar, entretanto, que nas Regiões Sul e Sudeste os percentuais são bem melhores que nas demais regiões do País. Isso pode ser explicado pela maior oferta de cursos superiores, o que acarreta aumento da existência de professores habilitados. Políticas de remuneração seguramente influenciam ainda mais essas disparidades.

Tabela 21 – Ensino Fundamental 1ª a 4ª série – Percentual de funções docentes por grau de formação e localização – Brasil e Regiões – 2002

Unidade Geográfica	Percentual de Docentes por Grau de Formação					
	Até Fundamental		Médio Completo		Superior Completo	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Ensino Fundamental – 1ª a 4ª série						
Brasil	0,8	8,3	61,1	82,9	38,1	8,8
Norte	1,0	11,6	87,9	87,6	11,1	0,8
Nordeste	1,5	9,8	76,3	84,7	22,1	5,4
Sudeste	0,5	2,5	52,9	78,9	46,6	18,6
Sul	0,5	3,7	48,8	73,5	50,6	22,8
Centro-Oeste	0,6	8,8	52,5	77,3	46,9	13,9

Fonte: MEC/Inep.

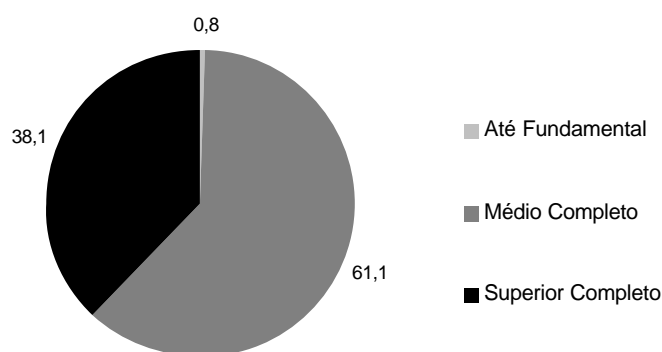


Gráfico 21 – E. Fundamental – 1ª a 4ª série – Percentual de funções docentes na localização urbana por grau de formação Brasil – 2002

Fonte: MEC/Inep.

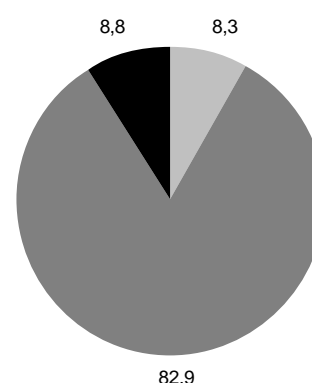


Gráfico 22 – E. Fundamental – 1ª a 4ª série – Percentual de funções docentes na localização rural por grau de formação Brasil – 2002

Fonte: MEC/Inep.

No segundo ciclo do ensino fundamental (5ª a 8ª série), apesar de o quadro revelado pelos números do Censo Escolar 2002 ser melhor do que o das séries iniciais, observa-se que menos da metade dos docentes tem formação superior e, como era de se esperar, com grandes diferenças regionais. Na zona urbana praticamente 80% dos docentes têm curso superior.

Vale ressaltar que o universo de escolas rurais que oferecem as séries finais do ensino fundamental é bastante reduzido, ao se comparar com aquelas que oferecem as séries iniciais. Ao se analisar o número de matrículas, observa-se que no ensino fundamental de 1ª a 4ª existiam, em 2002, em torno de 4,8 milhões de alunos, enquanto nas séries finais o número de alunos não ultrapassou 1,5 milhões. É possível que boa parcela dos alunos que concluem a 4ª série do ensino fundamental e que pretendem continuar os estudos fique obrigada a procurar escolas na área urbana.

Tabela 22 – Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série – Percentual de funções docentes por grau de formação e localização – Brasil e regiões – 2002

Unidade Geográfica	Percentual de Docentes por Grau de Formação					
	Até Fundamental		Médio Completo		Superior Completo	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série						
Brasil	0,2	0,8	20,7	56,8	79,1	42,4
Norte	0,5	1,2	44,6	79,7	54,9	19,0
Nordeste	0,3	0,6	38,8	71,0	60,9	28,4
Sudeste	0,1	0,1	8,9	37,4	90,9	62,5
Sul	0,3	1,1	11,3	26,5	88,3	72,4
Centro-Oeste	0,2	2,2	28,4	58,7	71,3	39,1

Fonte: MEC/Inep.

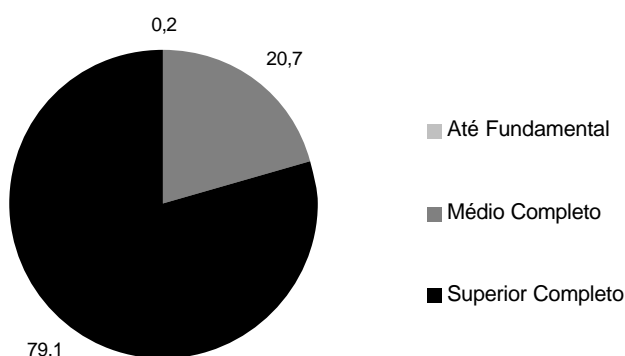


Gráfico 23 – E. Fundamental – 5ª a 8ª série – Percentual de funções docentes na localização urbana por grau de formação Brasil – 2002

Fonte: MEC/INEP

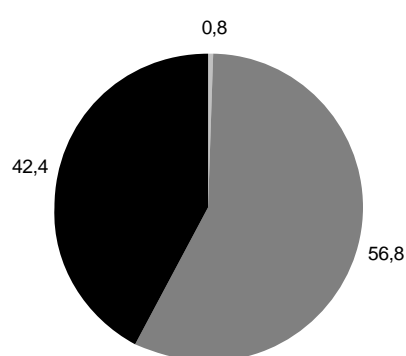


Gráfico 24 – E. Fundamental – 5ª a 8ª série – Percentual de funções docentes na localização rural por grau de formação Brasil – 2002

Diante da maior complexidade do conteúdo programático do Ensino Médio, refletido na especificidade das disciplinas, fica evidente a necessidade da maior habilitação do professor. Mais uma vez observa-se a carência de profissionais com formação adequada nas escolas rurais. Esse fato tem repercussão na reduzida oferta desse nível de ensino na zona rural.

No Ensino Médio, as diferenças entre zona urbana e zona rural são menores, apesar da predominância de melhor formação na zona urbana. Surpreende a constatação de que na Região Sudeste, mais de 92% dos docentes que atuam no Ensino Médio em escolas rurais têm formação superior.

Tabela 23 – Ensino Médio – Percentual de funções docentes por grau de formação e localização – Brasil e Regiões – 2002

Unidade Geográfica	Percentual de Docentes por Grau de Formação					
	Até Fundamental		Médio Completo		Superior Completo	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Ensino Médio						
Brasil	0,1	0,2	10,4	21,8	89,5	78,0
Norte	0,0	-	15,3	19,3	84,6	80,7
Nordeste	0,1	0,1	19,4	34,0	80,5	65,9
Sudeste	0,0	-	4,7	7,1	95,3	92,9
Sul	0,1	0,1	8,0	13,0	91,8	86,9
Centro-Oeste	0,1	1,5	20,4	30,5	79,6	68,0

Fonte: MEC/Inep.

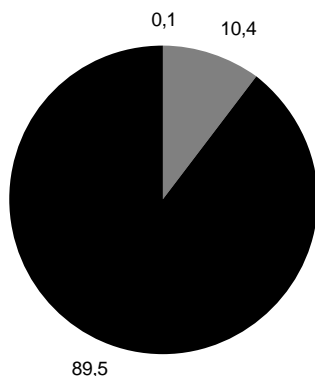


Gráfico 25 – Ensino Médio – Percentual de funções docentes na localização urbana por grau de formação – Brasil – 2002

Fonte: MEC/Inep.

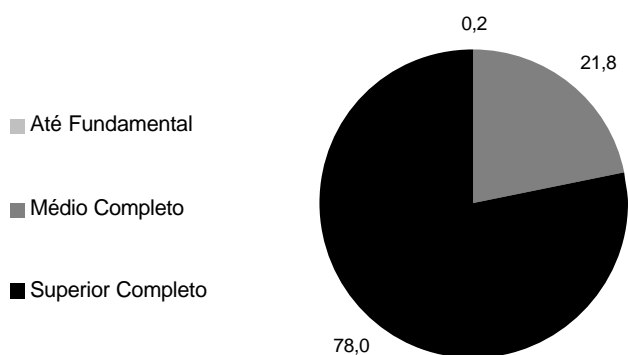


Gráfico 25 – Ensino Médio – Percentual de funções docentes na localização urbana por grau de formação – Brasil – 2002

Fonte: MEC/Inep.

Os dados mostram que, de fato, há muito que se avançar para melhorar as condições de ensino oferecidas à população rural. É tarefa de difícil solução e que demanda diferentes estratégias. De qualquer forma, melhorar a qualificação dos docentes que atuam nessas áreas tem como fator limitador a disponibilidade de mão-de-obra qualificada nessas localidades. Formação

continuada para os profissionais que já atuam na zona rural e políticas de formação e melhoria das condições profissionais são tarefas que podem ser fomentadas e implantadas pelo poder público para diminuir a distância entre o meio urbano e o rural.

5. Indicadores de Remuneração, Gênero e Formação Continuada

5.1 Os salários

O conhecimento da forma como os salários em uma economia diferenciam-se de acordo com certas características dos trabalhadores, como, por exemplo, o tipo de ocupação, permite decompor as diferenças que existem entre os salários das diversas regiões do País nas diferentes ocupações. Esse conhecimento permite auxiliar políticas públicas voltadas para os profissionais que atuam em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, seja no treinamento, na formação profissional, ou na remuneração.

Para o salário dos diferentes tipos de ocupação profissional, foi utilizada a Pnad de 2001 (rendimento mensal da ocupação principal).

Tabela 24 – Rendimento médio mensal e número de profissionais por tipo de profissão segundo regiões geográficas e Brasil – 2001

Tipos de profissionais	Número de profissionais no Brasil	Rendimento médio por regiões geográficas ¹					
		Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Professor da educação infantil	201.232	422,78	388,89	232,79	522,44	435,87	749,61
Professor de 1ª a 4ª série	881.623	461,67	443,17	293,18	599,19	552,72	567,38
Professor de 5ª a 8ª série	521.268	599,85	600,99	372,81	792,82	633,92	593,52
Funções adm. de nível superior em educação	139.575	849,16	753,20	549,60	1.092,85	738,27	834,86
Professor de nível médio	348.831	866,23	826,28	628,08	979,16	804,32	872,20
Suboficial das Forças Armadas	517.038	868,73	817,55	723,52	986,19	747,23	910,93
Professor-pesquisador no E. Superior	6.448	898,80	215,33	1.150,16	946,56	712,65	875,47
Agente administrativo público	316.761	911,82	661,40	679,31	1.072,50	926,14	1.103,37
Administrador de empresas	502.895	1.202,86	986,87	774,85	1.411,18	1.057,85	1.123,93
Técnico de nível superior – público	421.318	1.310,56	1.053,94	794,02	1.586,97	1.308,30	1.876,79
Policial civil	72.743	1.510,64	1.344,46	1.320,40	1.457,90	1.488,02	2.087,23
Oficial das Forças Armadas	89.387	2.091,53	2.129,41	1.674,46	2.250,53	1.949,68	2.321,03
Economista	44.772	2.254,66	1.700,77	2.009,08	2.227,19	1.641,35	3.592,64
Auditor	68.870	2.408,40	3.512,94	1.584,94	2.588,47	1.986,32	3.133,88
Advogado	271.241	2.496,76	3.893,83	2.245,35	2.431,04	2.597,39	2.768,25
Professor de nível superior	136.977	2.565,47	1.800,30	2.252,08	3.086,95	2.122,77	2.190,10
Delegado/Perito	13.973	2.660,52	2.753,91	1.347,25	2.650,73	3.714,45	5.969,61
Médico	257.414	2.973,06	4.429,82	2.576,78	2.801,77	3.260,41	4.110,87
Juiz	10.036	8.320,70	5.905,38	8.038,88	9.018,42	9.750,00	7.331,08

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) – 2001.

Nota: (1) Valor em R\$ de setembro de 2001.

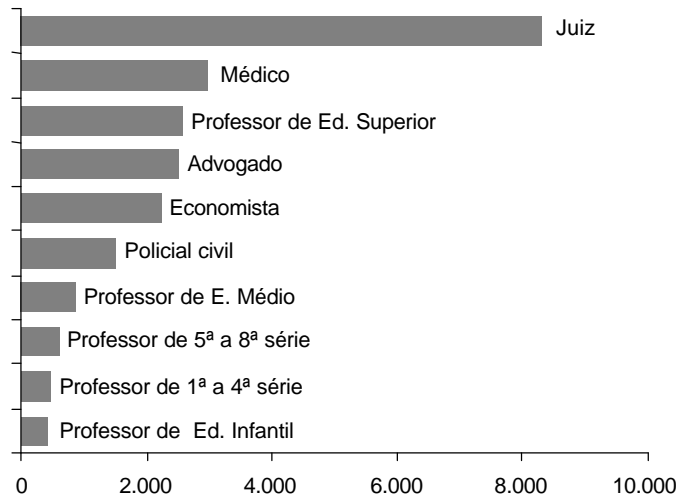


Gráfico 27 – Rendimento médio mensal em R\$ por tipo de Profissão Brasil – 2001

Fonte: IBGE – Pnad 2001

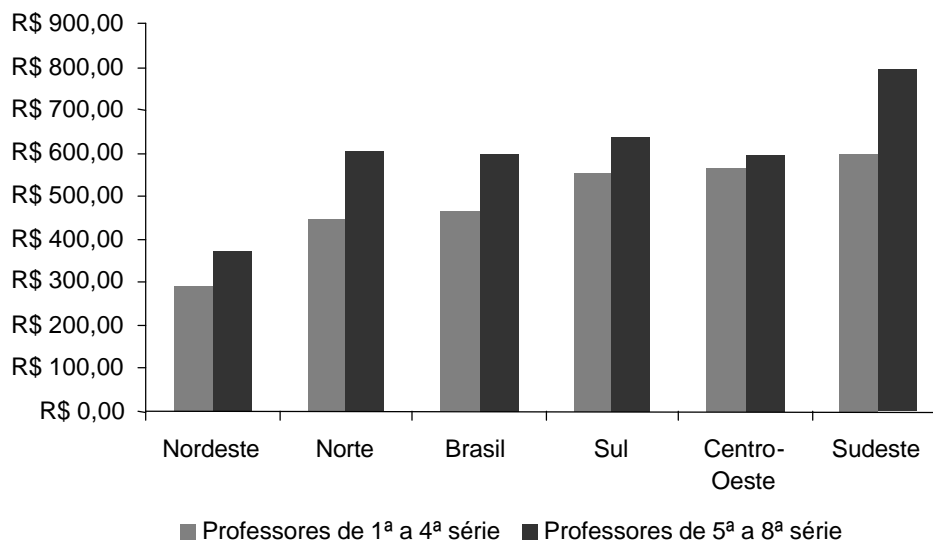


Gráfico 28 – Rendimento Médio Mensal de Professores de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries, em R\$ – Brasil e Regiões – 2001

Fonte: IBGE – Pnad 2001

Entre as profissões consideradas, os profissionais com menor rendimento mensal são os professores de Educação Infantil e do Ensino Fundamental seguidos dos professores de Ensino Médio, Suboficial das Forças Armadas, Professor-Pesquisador do Ensino Superior e agente administrativo público, que têm salários de 1,4 a até 2 vezes maiores do que os salários do primeiro grupo de profissionais.

Em seguida, com salários bastante diferenciados, aparecem outros profissionais de carreira do serviço público e de autônomos, como

administrador, técnico de nível superior no serviço público, policial civil, oficial das Forças Armadas, economista, advogado e médico, que têm salários médios de três a até sete vezes maiores do que o salário médio dos profissionais de menor rendimento. No Brasil, médicos e advogados ganham, em média, quatro vezes o que ganha um professor que atua nas séries finais do ensino fundamental. Não se trata aqui da questão de quem deve ganhar mais. A questão em foco é avaliar a magnitude da diferença entre os salários desses profissionais, ambos com formação em nível superior. A profissão em destaque é a de juiz, com um rendimento médio de quase 20 vezes o valor do rendimento médio mensal do professor da educação infantil, por exemplo.

A região com maior variação de salário é a Nordeste, onde as médias salariais de diversas profissões chegam a ser de 7 a até 34 vezes o valor do salário de um professor da educação infantil ou do ensino fundamental. A região que apresenta menor variação é a Região Centro-Oeste, que apresentou variações de duas a nove vezes entre os menores e os maiores salários. Em todos os casos, as regiões Norte e Nordeste encontram-se abaixo da média nacional. As regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentam médias salariais maiores do que a média do Brasil, sendo a primeira provavelmente bastante influenciada pelo Distrito Federal. Entre os professores, existem diferenças muito grandes entre os salários pagos nas diferentes regiões do Brasil. Um professor do Sudeste, por exemplo, ganha em média, duas vezes o que ganha um professor do Nordeste.

Tornar uma profissão mais atrativa requer, entre outros fatores, a possibilidade de obtenção de bons salários. Há, de fato, correlação entre nível salarial da carreira e demanda nos processos seletivos para ingresso nas instituições de ensino superior. Comparando a Tabela 24 com a Tabela 3, constata-se claramente que quanto maior a média salarial de uma profissão de nível superior, maior é a demanda dos cursos na respectiva área, sobretudo na rede pública. Nesse aspecto, se é evidente que bons salários não bastam para melhorar a qualidade do ensino, sem eles dificilmente se conseguirá atrair os graduandos mais bem preparados para a atividade docente na educação básica. Uma outra forma de analisar as diferenças é comparar os salários com o número de profissionais existentes em cada área. Assim, segundo os dados da Tabela 24, havia, em 2001, cerca de 2 milhões de professores da Educação Básica, para 271 mil advogados, 257 mil médicos, 137 mil professores universitários e apenas 14 mil delegados e 10 mil juízes. Assim, o que se observa, em especial nas carreiras onde o poder público é o maior empregador, é que quanto maior o número de profissionais, menor o salário.

5.2 Gênero e Formação Continuada

Os dados apresentados a seguir quanto ao gênero e à formação continuada dos professores foram obtidos a partir da última avaliação do Saeb realizada em outubro de 2001. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), é uma avaliação realizada pelo Inep a cada dois anos, por amostragem, com objetivo de diagnosticar a Educação Básica. Os alunos de 4ª série e 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio são

avaliados nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Em conjunto com as provas aplicadas aos alunos, são aplicados questionários para o diretor da escola, professores de Matemática e Língua Portuguesa e para escola. A última avaliação ocorreu em outubro de 2001.

A distribuição dos professores por gênero varia bastante segundo a disciplina e a série, conforme descrito na Tabela 25. Em Língua Portuguesa, independentemente da série avaliada, a proporção de professores do sexo feminino representa a maioria. No entanto, a proporção de mulheres vai diminuindo gradativamente conforme a série pesquisada aumenta. Já em Matemática, a proporção de docentes do sexo feminino é maior na 4ª série (91,1%), e diminui gradativamente até a 3ª série do Ensino Médio, quando a proporção de docentes do sexo masculino assume a maioria, representando 54,7% dos docentes.

Tabela 25 – Distribuição percentual dos professores por disciplina e série, segundo o gênero e a unidade geográfica – Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb/2001

Unidade Geográfica	Gênero do Professor	Disciplina					
		Língua Portuguesa			Matemática		
		Série			Série		
		4ª - EF	8ª - EF	3ª - EM	4ª - EF	8ª - EF	3ª - EM
Brasil	Masculino	7,9	13,3	26,5	8,9	43,7	54,7
	Feminino	92,1	86,7	73,5	91,1	56,3	45,3
Norte	Masculino	13,6	29,0	46,5	18,3	62,9	63,4
	Feminino	86,4	71,0	53,5	81,7	37,1	36,6
Nordeste	Masculino	12,4	20,8	30,6	12,6	57,2	77,4
	Feminino	87,6	79,2	69,4	87,4	42,8	22,6
Sudeste	Masculino	2,6	11,6	25,1	3,6	34,4	46,7
	Feminino	97,4	88,4	74,9	96,4	65,6	53,3
Sul	Masculino	5,2	9,4	16,0	6,3	36,6	39,0
	Feminino	94,8	90,6	84,0	93,7	63,4	61,0
Centro-Oeste	Masculino	9,3	20,5	20,5	10,9	46,0	65,1
	Feminino	90,7	79,5	79,5	89,1	54,0	34,9

Fonte: MEC/Inep.

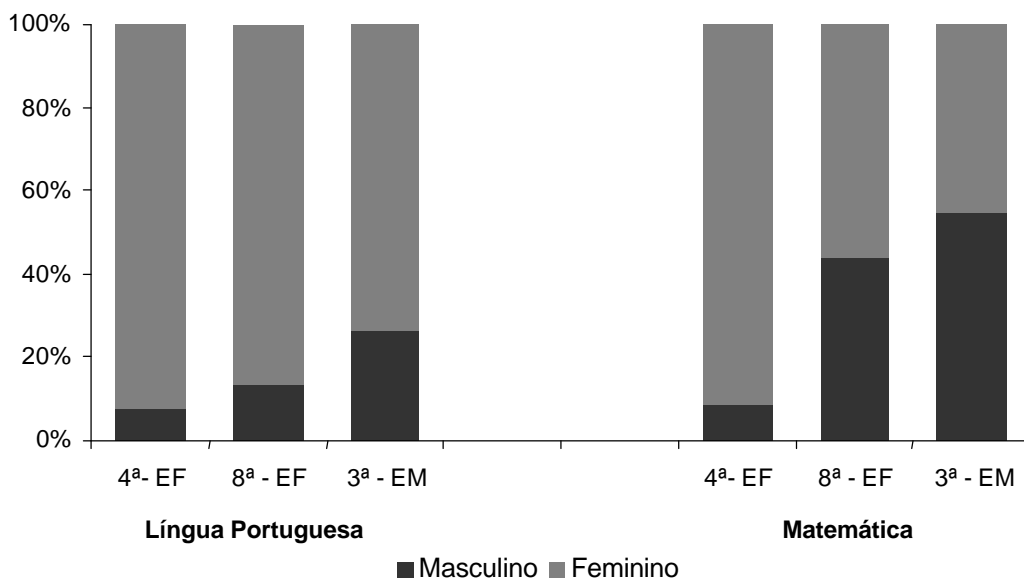


Gráfico 29 – Distribuição percentual dos professores por disciplina e série, segundo o gênero – Brasil 2001

Fonte: MEC/Inep.

A percentagem média de professores de 4ª série do Ensino Fundamental com capacitação em nível de pós-graduação (considerando Especialização, Mestrado e Doutorado) é muito baixa no Brasil e varia bastante entre as regiões. Menos de 30% dos professores tinham, em 2001, pós-graduação no Brasil. A percentagem cai para 10% na Região Norte, na 4ª série. À medida que a série aumenta, a capacitação dos professores em nível de pós-graduação também aumenta, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Na 3ª série do Ensino Médio, cerca de 49,4% dos professores de Língua Portuguesa e 47,8% dos professores de Matemática possuem pós-graduação. As desigualdades regionais permanecem na 8ª série do Ensino Fundamental e na 3ª série do Ensino Médio. Considerando-se apenas mestrado e doutorado, vemos que o percentual de professores com este grau de formação, na melhor das hipóteses, não chega a 1% para os professores da 4ª série; 2%, para os professores da 8ª e 5%, para os professores da 3ª série do Ensino Médio.

Tabela 26 – Distribuição percentual dos professores por disciplina e série, segundo o nível de pós-graduação e a unidade geográfica – Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb/2001

Unidade Geográfica	Pós-graduação do Professor	Disciplina					
		Língua Portuguesa			Matemática		
		Série			Série		
		4 ^a - EF	8 ^a - EF	3 ^a - EM	4 ^a - EF	8 ^a - EF	3 ^a - EM
Brasil	Extensão	2,8	4,6	2,8	2,6	2,7	5,3
	Aperfeiçoamento	4,8	6,9	3,4	4,9	6,6	7,6
	Especialização	22,7	34,9	38,7	22,9	36,3	33,0
	Mestrado	0,7	1,8	4,2	0,8	1,4	1,7
	Doutorado	0,1	0,1	0,3	0,1	0,0	0,2
Norte	Extensão	6,7	1,4	2,5	5,6	1,6	2,9
	Aperfeiçoamento	2,3	3,5	3,5	2,9	10,1	13,4
	Especialização	7,3	31,7	27,5	7,6	18,8	18,9
	Mestrado	0,4	0,5	0,1	0,4	1,4	2,1
Nordeste	Extensão	3,7	1,6	2,9	3,6	3,3	4,3
	Aperfeiçoamento	3,7	6,1	6,3	4,8	5,2	8,0
	Especialização	14,6	30,3	36,2	14,9	31,7	31,9
	Mestrado	0,5	1,0	2,8	0,6	1,5	0,4
Sudeste	Extensão	2,8	6,4	3,6	2,7	3,0	7,0
	Aperfeiçoamento	5,1	8,9	3,0	4,8	8,4	7,3
	Especialização	21,9	32,7	38,3	22,3	36,0	28,8
	Mestrado	0,7	2,0	6,6	0,9	1,7	1,3
Sul	Extensão	1,3	6,4	1,2	0,3	1,1	2,1
	Aperfeiçoamento	3,9	4,8	1,2	3,9	2,7	3,4
	Especialização	34,2	45,1	66,6	34,2	52,2	57,2
	Mestrado	1,5	3,5	2,6	1,1	0,6	3,7
Centro-Oeste	Extensão	1,2	1,9	4,3	1,9	2,6	5,5
	Aperfeiçoamento	9,1	4,7	5,6	8,9	4,6	10,9
	Especialização	34,4	42,8	48,8	33,1	29,3	35,3
	Mestrado	0,2	1,0	4,0	0,3	0,9	3,0

Fonte: MEC/Inep.

Nota: O percentual de professores com nível de doutorado somente foi computado, para o Brasil, devido a sua baixa ocorrência.

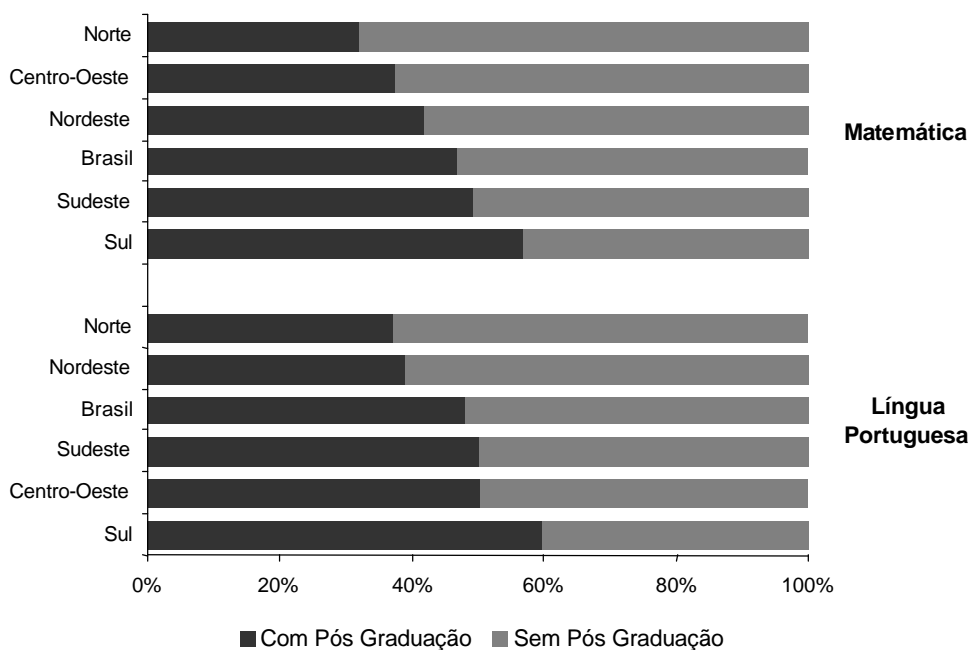


Gráfico 30 – E. Fundamental – 8ª série – Distribuição percentual dos professores com e sem pós-graduação por disciplina – Brasil e Regiões – 2001

Fonte: MEC/Inep.

Nota: Pós-graduação inclui extensão, aperfeiçoamento, especialização e mestrado.

A ampla maioria dos professores avaliados no Saeb nas três séries pesquisadas alegou ter participado de, pelo menos, alguma atividade de formação continuada nos últimos dois anos, conforme Tabela 27. Há uma pequena tendência de queda de participação em atividades de formação continuada, à medida que a série aumenta.

Tabela 27 – Distribuição percentual dos professores por disciplina e série, segundo o tipo de formação continuada e a unidade geográfica – Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb/2001

Unidade Geográfica	Formação Continuada do Professor	Disciplina					
		Língua Portuguesa			Matemática		
		Série			Série		
		4 ^a - EF	8 ^a - EF	3 ^a - EM	4 ^a - EF	8 ^a - EF	3 ^a - EM
Brasil	Participou	89,5	86,9	84,6	89,5	81,0	80,1
	Não Participou	10,5	13,1	15,4	10,5	19,0	19,9
	Curso (s)	39,7	38,6	38,7	40,7	44,5	38,4
	Grupo de Estudos	19,3	12,4	8,5	19,8	21,6	12,6
	Projeto Interdisciplinar	14,1	18,3	23,1	14,1	15,4	24,2
	Seminário	10,0	12,3	11,4	10,1	11,0	6,6
	Oficina	11,5	14,2	11,2	12,2	13,3	11,4
	Outros	3,0	4,2	7,1	3,2	3,5	5,4
Norte	Participou	86,9	85,7	87,6	85,5	79,9	72,8
	Não Participou	13,1	14,3	12,4	14,5	20,1	27,2
Nordeste	Participou	86,3	84,6	81,2	86,2	77,1	73,6
	Não Participou	13,7	15,4	18,8	13,8	22,9	26,4
Sudeste	Participou	91,9	87,1	84,3	91,4	80,3	81,1
	Não Participou	8,1	12,9	15,7	8,6	19,7	18,9
Sul	Participou	93,5	92,1	89,9	94,4	93,0	92,7
	Não Participou	6,5	7,9	10,1	5,6	7,0	7,3
Centro-Oeste	Participou	89,7	85,4	83,2	90,7	76,4	75,1
	Não Participou	10,3	14,6	16,8	9,3	23,6	24,9

Fonte: MEC/Inep.

Nota: O mesmo professor pode ter participado de mais de um tipo de formação continuada.

Os dados da Tabela 28 que buscam relacionar a participação dos professores em cursos de pós-graduação com o desempenho dos alunos no Saeb mostram que, de uma forma geral, este impacto é positivo, em especial para aqueles que possuem mestrado ou doutorado e ministram a disciplina de Língua Portuguesa. Há, sempre, contudo, que se olhar com muita cautela esses dados, pois como não há um controle sobre o perfil dos alunos, o que o desempenho pode estar captando não é um efeito da melhor qualificação do professor e sim o fato de que professores mais qualificados tendem a lecionar para alunos com melhor nível socioeconômico e que, normalmente, já apresentam melhor desempenho no Saeb. Por outro lado, os cursos de formação continuada (última linha da Tabela 28), aparentemente apresentam pouco impacto no desempenho dos alunos, e isto significa que mudanças sensíveis devem ser feitas nesta área, pois, como vimos, boa parte dos professores participa desses cursos.

Tabela 28 – Proficiência média dos alunos por série e disciplina, segundo cursos de Pós-graduação e formação continuada do professor – Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb/2001

Capacitação	Disciplina					
	Lingua Portuguesa			Matemática		
	Série			Série		
	4 ^a - EF	8 ^a - EF	3 ^a - EM	4 ^a - EF	8 ^a - EF	3 ^a - EM
Sem pós-graduação	158,42	233,80	266,08	181,43	252,27	260,72
Extensão	171,69	245,83	275,64	190,43	269,72	277,31
Aperfeiçoamento	173,14	243,33	274,37	188,01	259,28	268,94
Especialização	170,88	238,49	275,35	190,90	257,98	267,11
Mestrado	180,05	262,74	299,59	187,75	261,81	282,08
Doutorado	178,94	281,43	308,19	176,75	-	355,25
Sem atividade de formação continuada nos últimos dois anos	161,50	235,81	264,71	172,17	247,40	261,49
Com atividade de formação continuada nos últimos dois anos	165,52	237,45	271,71	177,35	253,21	265,14

Fonte: MEC/Inep.

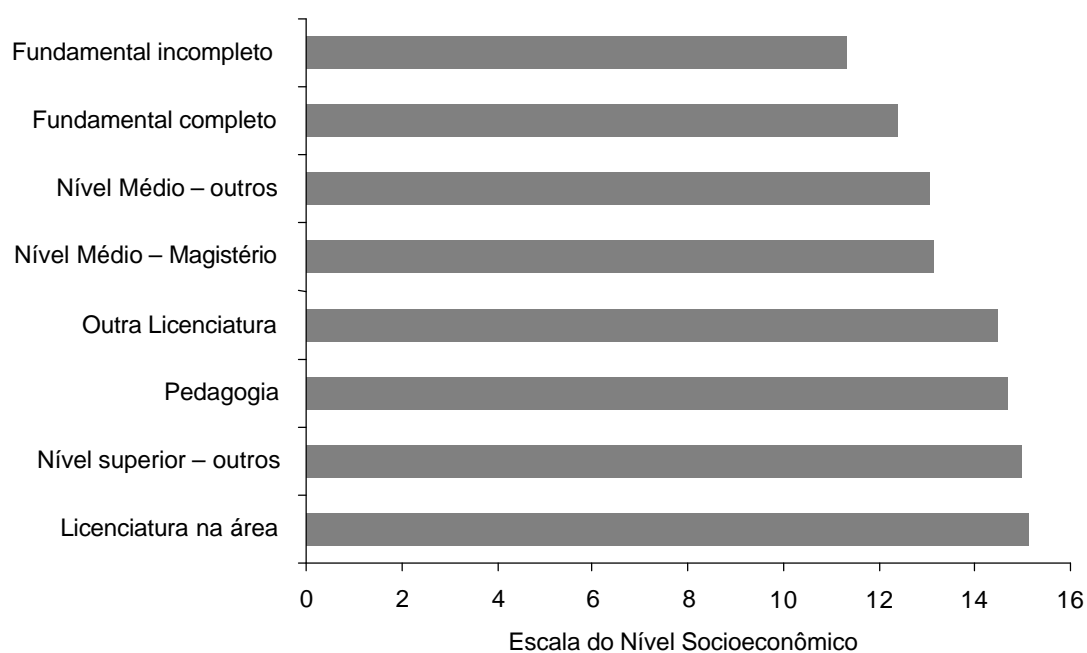


Gráfico 31 – Ensino Fundamental – 4ª série – Nível Socioeconômico Médio dos Alunos, segundo o Grau de Formação do Professor – Brasil 2001

Fonte: MEC/Inep.

O Gráfico 31 mostra o que já havíamos comentado: há uma relação direta entre a formação docente e o nível socioeconômico dos alunos e este é um problema muito sério, se pretendemos construir um sistema educacional igualitário. O que os dados mostram é que os alunos que já são economicamente mais beneficiados também se beneficiam da presença de professores mais qualificados.

Tabela 29 – Distribuição percentual dos professores por escolaridade e série, segundo o salário do professor – Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb/2001

Salário do Professor	4ª - EF			8ª - EF			3ª - EM		
	Escolaridade			Escolaridade			Escolaridade		
	Fundamental	Médio	Superior	Fundamental	Médio	Superior	Fundamental	Médio	Superior
Até R\$ 180	39,7	10,5	3,6	2,4	5,2	1,4	-	3,4	0,7
Entre R\$ 280 e R\$ 360	14,5	36,1	16,9	18,6	43,5	8,5	-	16,0	5,9
Entre R\$ 360 e R\$ 720	45,9	36,4	33,6	79,0	44,4	25,2	-	42,0	23,4
Entre R\$ 720 e R\$ 1.080	0,0	12,5	26,9	0,0	4,0	27,2	-	13,5	25,6
Entre R\$ 1.080 e R\$ 1.620	0,0	3,8	12,3	0,0	2,9	26,5	-	22,8	28,3
Entre R\$ 1.620 e R\$ 2.160	0,0	0,6	4,8	0,0	0,0	7,5	-	0,3	8,6
Entre R\$ 2.160 e R\$ 2.280	0,0	0,1	0,3	0,0	0,0	1,0	-	1,5	1,7
R\$ 2.280 ou mais	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	2,7	-	0,6	5,7

Fonte: MEC/Inep.

O resultado deste fato é mostrado na Tabela 30, que aponta que há uma relação forte entre a escolaridade do professor e o desempenho do aluno. Por isso há que se tomar muito cuidado com as políticas que buscam vincular prêmios e abonos para os docentes ao desempenho dos seus alunos em testes padronizados. O risco é que sejam beneficiados exatamente aqueles professores que já trabalham em melhores condições e com alunos que já possuem uma melhor cultura escolar em função da melhor escolaridade dos pais.

Tabela 30 – Proficiência média dos alunos por série e disciplina, segundo o grau de formação do professor – Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb/2001

Grau de Formação do Professor	Disciplina					
	Língua Portuguesa			Matemática		
	Série			Série		
	4ª - EF	8ª - EF	3ª - EM	4ª - EF	8ª - EF	3ª - EM
Fundamental incompleto	128,61	-	-	137,85	-	-
Fundamental completo	158,64	-	-	163,00	-	-
Nível Médio – Magistério	157,74	218,94	237,22	170,40	223,45	237,72
Nível Médio – outros	156,83	228,55	247,85	169,66	235,84	269,01
Pedagogia	174,06	220,80	256,77	184,65	236,09	256,25
Licenciatura na área	178,39	239,61	272,77	188,92	249,55	264,53
Outra Licenciatura	175,40	235,36	260,45	185,51	241,76	267,10
Nível superior – outros	174,48	234,90	279,61	185,53	242,38	266,28

Fonte: MEC/Inep.

6. Condições de Trabalho do Professor

Reconhecer que o processo educativo é alicerce da cidadania e tem como produto a formação ampla da pessoa e não apenas sua instrução formal faz com que a profissão de professor tenha um contorno bem mais abrangente que a maioria das profissões. É no ambiente escolar que se fortalecem os laços cívicos, o respeito às diferenças, o conhecimento técnico e científico. O professor, portanto, é peça fundamental na consolidação desses valores. A maioria das pessoas reconhece esse fato. Infelizmente esse reconhecimento não se traduz nas condições de trabalho satisfatórias e na melhor remuneração desses profissionais.

Entre os fatores determinantes para o bom desempenho da função docente, pode-se destacar a infra-estrutura física e os recursos pedagógicos disponíveis nas escolas, o tipo de gestão escolar, o projeto pedagógico, etc. As pesquisas básicas realizadas pelo Inep não permitem um diagnóstico detalhado desse tema. No entanto, serão abordados alguns aspectos que, certamente, influenciam no desempenho profissional do professor, e, conseqüentemente, no desempenho do aluno.

Considerando os dados do Saeb de 2001, observa-se que a maioria dos docentes tem carga horária semanal superior a 20 horas. A Tabela 31 sugere que esses profissionais têm como atividade principal o exercício do magistério. Essa hipótese se fortalece ainda mais nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, exatamente onde se concentram os docentes com formação superior. A jornada desses profissionais é preocupante, em especial na 3ª série do Ensino Médio em que quase 25% dos docentes, tanto de Língua Portuguesa quanto de Matemática, estão submetidos a uma jornada semanal superior a 40 horas. Este fato provavelmente tem duas razões: 1) a falta de professores faz com que eles atuem em mais de um turno ou mesmo em mais de uma escola e, principalmente, 2) a necessidade de aumentar os rendimentos. Independentemente da causa, a dupla ou tripla jornada, com certeza, compromete o desempenho do professor, pois concorre com outras atividades que exigem tempo adicional para docência: planejamento das atividades em sala de aula, disponibilidade para oferecer atendimento ao aluno e atividades administrativas relacionadas à escola.

Tabela 31 – Distribuição percentual dos professores por disciplina e série, segundo a carga horária semanal e a unidade geográfica – Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb/2001

Unidade Geográfica	Carga Horária Semanal	Disciplina					
		Língua Portuguesa			Matemática		
		Série			Série		
		4 ^a - EF	8 ^a - EF	3 ^a - EM	4 ^a - EF	8 ^a - EF	3 ^a - EM
Brasil	Até 10 horas	3,6	3,5	2,2	3,4	1,6	1,3
	Até 20 horas	42,2	21,4	19,3	42,6	18,4	20,0
	Até 30 horas	17,2	24,4	19,7	18,1	23,6	23,3
	Até 40 horas	29,5	32,3	34,3	28,2	34,4	31,5
	Mais de 40 horas	7,5	18,5	24,4	7,6	21,9	23,9
Norte	Até 10 horas	2,3	4,5	0,0	2,9	2,4	0,7
	Até 20 horas	47,3	29,0	43,6	50,8	27,6	30,6
	Até 30 horas	5,8	21,1	37,3	6,1	22,9	14,6
	Até 40 horas	34,9	27,6	9,2	29,3	26,2	21,2
	Mais de 40 horas	9,8	17,8	10,0	10,8	20,9	32,9
Nordeste	Até 10 horas	4,0	4,0	0,0	4,0	2,5	2,1
	Até 20 horas	49,7	27,4	28,0	49,2	28,6	22,2
	Até 30 horas	9,5	18,1	43,3	10,5	18,1	19,3
	Até 40 horas	31,6	33,8	8,1	30,4	27,7	27,0
	Mais de 40 horas	5,2	16,8	20,6	5,9	23,1	29,3
Sudeste	Até 10 horas	4,0	3,4	0,0	3,7	0,8	0,6
	Até 20 horas	37,2	20,2	42,5	37,6	14,6	19,2
	Até 30 horas	31,3	26,4	32,2	31,8	26,9	27,2
	Até 40 horas	17,6	28,4	5,8	17,8	36,0	32,4
	Mais de 40 horas	9,9	21,6	19,5	9,1	21,8	20,6
Sul	Até 10 horas	3,1	1,6	0,0	2,1	2,8	2,5
	Até 20 horas	37,2	12,3	24,1	38,6	10,7	17,7
	Até 30 horas	6,4	27,5	25,0	6,9	20,5	17,2
	Até 40 horas	48,6	43,1	30,7	46,5	45,8	42,5
	Mais de 40 horas	4,6	15,6	20,2	5,9	20,2	20,2
Centro-Oeste	Até 10 horas	2,1	4,7	0,0	2,5	0,2	1,7
	Até 20 horas	32,9	18,9	20,8	35,1	13,3	9,2
	Até 30 horas	18,1	30,7	33,3	19,2	29,9	32,0
	Até 40 horas	36,7	32,3	15,7	34,1	33,6	27,5
	Mais de 40 horas	10,2	13,3	30,2	9,2	22,9	29,6

Fonte: MEC/Inep.

O número médio de alunos por turma pode ser considerado elevado em todos os níveis de ensino, conforme descrito na Tabela 32. Na Creche, por exemplo, observa-se a média de quase 18 alunos por turma. No Ensino Médio essa medida é de mais de 37, sendo que 20,4% das turmas desse nível de ensino, em termos nacionais, possuem mais de 40 alunos. As Regiões Norte e Nordeste possuem as maiores médias de alunos por turma. Esse fato decorre principalmente de uma tentativa de reduzir os custos educacionais, uma vez que o salário do professor é o componente de maior peso nos mesmos. O Fundef, que vincula o repasse de recursos a um valor *per capita*, tende também a induzir um inchaço das turmas como forma de fazer o dinheiro “render”. O problema destas políticas é que, ao final, o barato sai caro, pois a consequência natural das salas cheias é a evasão e a repetência dos alunos.

Pela Tabela 32 fica evidente o caráter discriminatório de nosso sistema de ensino quando percebemos que a rede privada trabalha com uma relação alunos por turma bem menor que aquela da rede pública. Mais uma vez o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades já existentes na sociedade quando seria uma de suas funções minorá-las. Obviamente, o professor quando atua na escola pública encontra também uma condição de trabalho, no que se refere a este indicador, pior do que quando ministra aulas no setor privado.

Tabela 32 – Número médio de alunos por turma segundo o nível de ensino e dependência administrativa Brasil e regiões – 2002

Nível de Ensino	Número Médio de Alunos por Turma							
	Brasil			Regiões Geográficas				
	Total	Rede		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Pública		Privada						
Creche	17,8	21,1	14,1	26,3	23,7	15,7	15,7	18,4
Pré-Escola	21,1	24,2	15,5	25,3	21,1	21,3	19	20,4
Ensino Fundamental – 1ª a 4ª	26,3	27,9	18,6	28,4	25,3	27,8	23,8	24,9
Ensino Fundamental – 5ª a 8ª	32,4	33,4	26,6	33,7	33,4	33,2	28,7	30,9
Ensino Médio	37,2	38,0	32,6	38,6	39,7	37,2	33,2	35,9

Fonte: MEC/Inep.

Em relação à localização das escolas, os estabelecimentos rurais, em geral, possuem uma média menor de alunos por turma quando comparados com os estabelecimentos urbanos, conforme descrito na Tabela 33. Em princípio isso poderia sugerir um diferencial de qualidade a favor das escolas rurais. Cabe ressaltar, no entanto, que essa condição deve-se muito mais à distribuição espacial dos alunos nas escolas rurais ser fragmentada em estabelecimentos de pequeno porte, boa parte deles multisseriados, ao passo que alunos que estudam em escolas urbanas concentram-se predominantemente em escolas de médio ou grande porte.

Tabela 33 – Número médio de alunos por turma segundo o nível de ensino e localização – Brasil – 2002

Nível de Ensino	Localização	
	Rural	Urbana
Creche	22,7	17,4
Pré-Escola	20,4	21,2
Ensino Fundamental – 1ª a 4ª	22,5	26,9
Ensino Fundamental – 5ª a 8ª	26,6	33,0
Ensino Médio	31,5	37,3

Fonte: MEC/Inep.

Tabela 34 – Distribuição do tamanho das turmas por nível de ensino segundo categorias – Brasil – 2002

Tamanho da Turma	Nível de Ensino		
	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Até 10 alunos	3,1	1,2	0,6
Mais de 10 até 20 alunos	21,6	9,7	3,7
Mais de 20 até 30 alunos	59,9	36,4	23,0
Mais de 30 até 40 alunos	15,2	46,3	52,2
Mais de 40 alunos	0,3	6,4	20,4

Fonte: MEC/Inep.

Em relação à infra-estrutura e aos recursos oferecidos pela escola, pode-se observar que esses variam bastante por rede e em nível regional, conforme descrito na Tabela 35. Enquanto 80% das funções docentes da rede privada atuam em escolas com biblioteca, na rede pública esse índice é de 55%. Com relação a laboratório de informática, a relação é de 64% *versus* 26%, relação similar no que se refere ao acesso à Internet. A desproporção de recursos mantém-se quando olhamos para a presença de laboratório de ciências: 46% na privada contra 20% na pública. Esses poucos indicadores deixam claro o quanto as condições que o professor encontra para realizar o seu ofício em uma escola pública são piores que aquelas encontradas na rede privada, muito embora essas últimas também deixem muito a desejar, assim como o fato de possuir um bem ou serviço não assegura a sua utilização já que é muito comum encontrarmos em escolas públicas ou privadas bibliotecas e laboratórios pouco utilizados.

As discrepâncias entre as redes aparecem também entre regiões. Assim, enquanto na Região Sul 78% das funções docentes atuam em escolas públicas que possuem biblioteca, 34% que possuem laboratórios informática e 38% laboratórios de ciências, na Região Nordeste esses índices são de, respectivamente, 34%, 12% e 6%. Cabem aqui as mesmas observações feitas no parágrafo anterior quanto às diferenças entre as condições de exercício profissional. Um professor do Nordeste terá muito mais dificuldade que seu colega do Sul em oferecer um ensino de boa qualidade aos seus alunos, mesmo supondo um nível de qualificação equivalente.

Tabela 35 – Percentual de Funções Docentes segundo a Infraestrutura Disponível na Escola - 2002

Infra-estrutura Disponível	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Biblioteca	54,9	79,7	42,2	71,5	33,7	75,4	65,4	81,9	78,5	82,5	54,9	78,6
Lab. de Informática	25,9	64,2	12,9	51,6	11,9	49,3	37,9	71,5	34,0	68,3	19,2	65,0
Lab. de Ciência	19,5	46,2	6,2	26,8	5,8	29,5	27,4	53,7	37,6	58,7	13,1	39,4
Quadra de Esportes	51,6	67,0	36,9	62,6	26,4	56,9	67,4	71,7	67,6	69,1	58,7	68,3
Sala para TV/Vídeo	37,5	63,2	28,8	52,3	25,0	51,5	47,8	69,2	43,8	69,1	32,5	57,6
TV/Vídeo/Parabólica	64,7	24,2	53,3	32,6	51,0	21,9	74,7	23,7	68,8	28,3	74,2	23,7
Microcomputadores	62,6	88,5	43,9	82,5	32,8	76,1	79,5	93,9	83,2	91,7	78,2	92,2
Acesso à Internet	27,0	65,9	6,8	55,8	10,2	45,1	49,1	75,3	20,5	72,3	18,2	67,2
Água	99,5	100,0	99,3	100,0	98,8	99,9	99,9	100,0	99,9	99,8	99,8	100,0
Energia Elétrica	96,4	100,0	86,9	99,8	93,0	99,9	99,5	100,0	99,7	100,0	98,6	100,0
Esgoto Sanitário	97,8	99,9	92,0	99,7	96,0	99,7	99,6	100,0	99,7	100,0	99,2	99,7
Sanitário Dentro ou Fora	95,6	97,7	92,6	96,5	93,1	97,2	97,1	98,0	97,9	98,0	96,5	97,6

Fonte: MEC/Inep.

7. Conclusão

Apesar de o Brasil ainda carecer de um levantamento exaustivo que defina com clareza o perfil de seu professor, lacuna que agora será sanada com o Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica que será realizado este ano, os dados aqui apresentados já nos apontam vários indicadores extremamente úteis para o delineamento de políticas públicas para a área.

O primeiro aspecto a se comentar é que houve uma grande redução no número de professores leigos atuando na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, assim como um aumento significativo no percentual de docentes da educação básica com formação de nível superior. Contudo, apenas 57% dos docentes que atuavam na Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio, possuíam formação em nível superior, que seria aquela ideal. Por outro lado, dada a tendência de crescimento delineada pelo Plano Nacional de Educação, haverá uma grande necessidade de professores, com nível superior, para atuar nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A boa notícia é que houve um grande incremento no ingresso de alunos nos cursos de licenciatura, assim como no número de concluintes. Este incremento, contudo, não suprirá a necessidade dos sistemas, em especial, nas áreas de Física e Química que precisariam de uma política específica destinada a ampliar o número de vagas nas instituições de nível superior e a assegurar que os concluintes se encaminhem à atividade docente. Outro setor que necessita de uma política de estímulo especial é a educação rural que apresenta sérios problemas de qualificação de seus professores com um número ainda elevado de professores leigos e um pequeno contingente de docentes com nível superior.

Tão importante quanto possuir cursos destinados a formar professores, seja de nível médio, seja superior, é garantir que os profissionais formados nesses cursos dediquem-se efetivamente à atividade docente. Para tanto, contudo, é preciso que o magistério, entre outras coisas, seja uma profissão com remuneração atraente. Ora, os dados do IBGE mostram com crueza que, considerando profissões com nível de formação equivalente, o magistério é aquela que oferece os piores salários. Um professor que atua no nível médio ganha, em média, quase a metade da remuneração de um policial civil e um quarto do que ganha um delegado de polícia. E, por sua vez, como o salário dos professores é o índice de maior peso no cálculo do custo de um aluno e como a maioria dos professores da educação básica encontra-se na rede pública, totalizando 85% das funções docentes, percebe-se a necessidade de uma política de financiamento da educação que vá muito além dos recursos atualmente destinados. Se, de fato, o País deseja atrair e manter os bons profissionais no magistério, é fundamental uma política progressiva e consistente de melhoria salarial.

As estatísticas mostram também que a docência na educação básica é uma atividade majoritariamente feminina, o que implica que a questão de gênero não pode ser ignorada como ocorre, mas incorporada como uma variável importante nas políticas e nos estudos da área.

Constata-se, também, que, apesar de uma boa parte dos professores participar de cursos de formação continuada, o percentual daqueles que cursaram uma pós-graduação, mesmo que na modalidade *lato sensu*, ainda é pequeno. Pior do que isto, os resultados do Saeb parecem indicar que a frequência a estes cursos de formação continuada pouco afeta o desempenho dos alunos, o que indica a necessidade de ampliar as pesquisas nessa área e, eventualmente, reorganizar esses cursos, redefinindo seus objetivos e métodos.

Outro elemento importante que este estudo mostra é que a metade dos professores das áreas de Língua Portuguesa e Matemática, em especial nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, assume jornadas de trabalho acima de 30 horas semanais (um quinto acima de 40 horas). É evidente que esta duração de jornada, que envolve, na prática o trabalho semanal com, pelo menos, uma centena de alunos, compromete a qualidade do trabalho docente e reflete-se no baixo índice de aproveitamento dos alunos. No mesmo sentido os indicadores confirmam também uma elevada relação aluno por turma. Constata-se que mais de 15% das turmas das séries iniciais do Ensino Fundamental possuem mais de 30 alunos, assim como mais da metade das turmas das séries finais deste mesmo nível de ensino. No Ensino Médio a situação é mais crítica: um quinto das turmas possui mais de 40 alunos.

Condição fundamental, embora não suficiente para um ensino de boa qualidade, é a existência de uma estrutura adequada de equipamentos. Aqui o que se constata é que quase a metade dos professores da rede pública leciona em escolas sem bibliotecas; quatro quintos em escolas que não possuem laboratório de ciências e três quartos em escolas que não possuem laboratório de informática. No setor privado esses números, embora também ruins, o que coloca em dúvida a propalada qualidade do setor, são bem melhores que aqueles apresentados pelas escolas públicas. Esse último fato chama a atenção para outro aspecto: há uma grande discrepância entre as redes e entre as diferentes regiões do País no que se refere aos recursos didáticos colocados à disposição dos professores para que possam exercer seu ofício. Assim é que apenas um terço dos docentes que atuam na rede pública da Região Nordeste trabalha em escolas com biblioteca, menos da metade do índice da Região Sul. O mesmo vale para a presença de laboratórios de informática ou de ciências. Esta desigualdade que marca como uma lei de ferro o sistema educacional brasileiro nos faz perguntar sobre até que ponto esse sistema cumpre o mandamento mais importante da Constituição Federal que estabelece que todos são iguais perante a lei.

Mudar essa lógica significa mudar o papel da União, dos Estados e dos municípios no financiamento da educação no País, significa repactuar a federação. Hoje no Brasil, e o Fundef mostrou isso com clareza, os recursos financeiros fornecidos pela vinculação constitucional não asseguram um patamar mínimo de qualidade para a maioria das escolas brasileiras, assim

como não garantem um padrão mínimo de equidade entre as redes pública e privada e entre as diferentes regiões do País.

Uma escola de qualidade pressupõe um professor qualificado, com um salário compatível com seu nível de formação, requer ainda uma jornada de trabalho que garanta, de preferência, a dedicação exclusiva a uma escola, com turmas não superiores a 30 alunos e com recursos didáticos que incluam, pelo menos, uma biblioteca com profissional habilitado, um laboratório de ciências e de informática e um *kit* de material didático para o aluno e para o professor. Uma escola dessas não é barata, mas lembrando Anísio Teixeira, um projeto desses é custoso e caro, porque são custosos e caros os objetivos a que visa. Não se pode fazer educação barata – como não se pode fazer guerra barata. Se é a nossa defesa que estamos construindo, o seu preço nunca será demasiado, pois não há preço para a sobrevivência. E (...) todos sabemos que sem educação não há sobrevivência possível¹.

Se essa frase, pronunciada por ocasião da inauguração do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, já era verdadeira em 1950, o que dizer hoje.

¹ Teixeira, 1950, citado por BASTOS, Zélia. *Centro Educacional Carneiro Ribeiro: uma experiência de educação integral em tempo integral de atividades*. Bahia: Fundação Anísio Teixeira, Secretaria da Educação da Bahia, Escola Parque, 2000.

Instituto Nacional
de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira

Ministério
da Educação

